

Maria Elizete Barbosa Machado

**Análise Curricular dos Cursos de Graduação em
Biblioteconomia no Brasil: busca pela acessibilidade**

Porto Alegre
2012

Maria Elizete Barbosa Machado

**Análise Curricular dos Cursos de Graduação em
Biblioteconomia no Brasil: busca pela acessibilidade**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial para a
obtenção do título de bacharel em
Biblioteconomia na Universidade Federal
do Rio Grande do Sul

Orientadora: Prof^a Me. Bruna S. do
Nascimento

Porto Alegre
2012

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Reitor: Prof^o. Dr. Carlos Alexandre Netto

Vice-Reitor: Prof^o. Dr. Rui Vicente Oppermann

FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO

Diretora: Prof^a. Dr^a. Regina Helena van der Laan

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO

Chefe: Prof^a. Dr^a. Ana Maria Mielniczuk de Moura

Chefe Substituta: Prof^a Dr^a. Sônia Elisa Caregnato

COMISSÃO DE GRADUAÇÃO DO CURSO DE BIBLIOTECONOMIA

Coordenadora: Prof^a. Dr^a. Samile Andréa de Souza Vanz

Coordenadora Substituta: Prof^a. Ms. Glória Isabel Sattamini Ferreira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação - CIP

M149a	Machado, Maria Elizete Barbosa Machado
	Análise Curricular dos Cursos de Graduação em Biblioteconomia no Brasil: busca pela acessibilidade / Maria Elizete Barbosa Machado. – 2012. XX f. il.
	Orientadora: Prof ^a Me. Bruna S. do Nascimento
	Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Departamento de Ciência da Informação, Porto Alegre, RS, 2012.
	1. Acessibilidade. 2. Currículo. 3. Biblioteconomia 4. Formação I. Nascimento, Bruna S. do, orient. II. Título.
	CDU 023.1

Departamento de Ciências da Informação

Rua Ramiro Barcelos, 2075- Bairro Santana

Porto Alegre – RS

CEP: 90035-007

Telefone: (51) 3308.5067

Fax: (51) 3308.5435

E-mail: dci@ufrgs.br

Maria Elizete Barbosa Machado

**Análise Curricular dos Cursos de Graduação em
Biblioteconomia no Brasil: busca pela acessibilidade**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial para a
obtenção do título de bacharel em
Biblioteconomia na Universidade Federal
do Rio Grande do Sul

Orientadora: Prof^a Me. Bruna S. do
Nascimento

Aprovação em: 17 de dezembro de 2012

Banca Examinadora:

Prof^a MS^a Bruna S. do Nascimento
Orientadora (DCI/UFRGS)

Prof^a Dra^a Eliane Lourdes da Silva Moro
(DCI/UFRGS)

Prof^a Dr^o Rodrigo Caxias de Sousa
(DCI/UFRGS)

*Aos meus filhos Irving e Lucas,
base da minha vida.*

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer a minha orientadora Bruna Nascimento, por acreditar, pela paciência, dedicação e incentivo.

Aos professores Eliane Moro e Rodrigo Caxias por aceitarem o convite e por entenderem o meu momento.

À minha mãe, pela compreensão e apoio incondicional nesta caminhada da vida e nos momentos em que me senti desanimada.

Ao meu pai João Carlos por me lembrar de que o estudo era importante.

Aos meus filhos Irving e Lucas, pela paciência em, muitas vezes, abdicar de minha presença para que eu pudesse me debruçar horas a fio sobre o computador, livros e trabalhos.

Ao Edu, meu companheiro, pelo carinho, pela paciência, amizade, o apoio em todos os momentos, me animando, estando sempre presente e também por desafiar-me a ir em frente, apesar das provações.

Ao meu irmão Carlos Rudinei e cunhada Sandra por me ouvirem sempre, me acolherem e me alimentarem com suas tortas maravilhosas.

Aos irmãos Ritiele, Gerri, grandes amigos.

À minha doce Karina, pela amizade, parceria, incentivo, apoio, confiança, por me entender nas mais diversas situações e por me incluir em sua história.

Às companheiras de aventura: Vivian, Mariana, Daiane, Cristiane, Luízia, Luana e Orlandina, pela amizade, momentos relaxantes e pelas incontáveis oportunidades de discussão que contribuíram para desvendar questões importantes de estudo.

Ao meu amado Rossandro Barbosa Machado, que não está mais entre nós, mas esteve na maior parte do percurso que me trouxe até aqui, pelo seu apoio, incentivo, força, amizade e pelo amor à família, em especial seus filhos: Natália e Fabrício.

Finalmente, a Deus, pela minha vida e pela possibilidade de ter encontrado pessoas tão maravilhosas que contribuíram significativamente com o meu crescimento.

Ser grande é abraçar uma grande causa.

William Shakespeare

RESUMO

Estudo descritivo com abordagem quanti-qualitativa. Apresenta a análise dos currículos dos cursos de Biblioteconomia no Brasil. Verifica, a partir de pesquisa empírica, nos sites institucionais a inserção da temática da acessibilidade através da leitura dos títulos e das ementas, quando disponibilizadas online. Busca também as disciplinas específicas de Braille, Libras, Recuperação da Informação, Gestão de Sistemas de Informação, Gestão da Informação, Usuário da Informação, por considerá-las propícias para a abordagem do tema. Descreve a parte da trajetória dos PNEs até os dias de hoje em conformidade com as disposições legais e suas regulamentações. Apresenta os conceitos de informação, acessibilidade, tecnologia assistiva, Braille, Libras, audiolivro, audiodescrição e currículo. Estabelece relações entre a teoria curricular, a legislação e a prática institucionalizada nos currículos dos cursos de Biblioteconomia no Brasil. Descreve e contextualiza as funções do bibliotecário atual como agente mediador entre os PNEs e o universo informacional. Estabelece como amostra intencional 16 das 24 universidades públicas federais que oferecem o curso de Biblioteconomia no país. Desse total, oito foram excluídas por não disponibilizar o currículo em meio digital. Verifica que 87,5% das universidades contemplam a temática da acessibilidade em seus currículos, seja por disciplinas eletivas ou obrigatórias. Constata que a disciplina de Braille aplicado às práticas Biblioteconômicas é oferecida somente em uma única universidade. Identifica a LIBRAS como a disciplina relacionada à temática da acessibilidade ofertada com maior frequência. Considera que a temática ainda é incipiente nos cursos de biblioteconomia no Brasil. Conclui que as universidades mais avançadas no processo de adequação do currículo ao tema da acessibilidade são a UNIRIO, UFPE, UFSC e UFRGS.

PALAVRAS-CHAVE: Biblioteconomia. Currículo. Ementa. Acessibilidade. Portadores de Necessidades Especiais. Tecnologia Assistiva.

ABSTRACT

Study is characterized as a quantitative and qualitative approach. It presents the curriculum analysis from Librarianship's courses in Brazil. It checks, from empiric search, in the institutional sites, the insertion of accessibility theme trough of the titles and abridgement reading, when available online. It also seeks the specific subjects of Braille, American Sign Language (ASL), Information Retrieval, Management Information Systems, Management Information, User Information, to consider them conducive to the theme approach. It describes the part of the People with Special Needs (PSN) trajectory until today in conformity with the law provisions and its regulations. It presents the concepts of information, accessibility, assistive technology, Braille, ASL, audiobook, audio description and curriculum. It establishes relationships between curriculum theory, legislation and institutionalized practice in the curriculums of Librarianship schools in Brazil. It contextualizes and describes the functions of current librarian as mediator between the PSNs and the informational universe. It establishes as intentional sample, 16 to 24 federal public universities that offering the Librarianship course in the country. Seven of these were excluded for not providing the curriculum in digital media. It notes that 87,5% of this universities contemplate the accessibility issue in their curriculum, either by elective or mandatory subjects. It notes that the Braille applied to the Librarianship's practices subject is offered only in a single university. It identifies the ASL as a subject related to the accessibility issue more often offered. It considers that the ASL is still incipient in Librarianship courses in Brazil. It concludes that the most advanced universities in curriculum appropriateness process to the accessibility theme are UNIRIO, UFPE, UFSC and UFRGS.

KEY-WORDS: Librarianship. Curriculum. Abridgement. Accessibility. People with special needs. Assistive Technology.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Alfabeto Braille	56
Figura 2 – Alfabeto LIBRAS.....	58
Gráfico 1 – Temática acessibilidade no currículo	67
Gráfico 2 – Disciplinas que contemplam a temática da acessibilidade	82

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Universidades que compõem a amostra	62
Quadro 2 – Disciplinas UFRGS	68
Quadro 3 – Disciplinas UNB	69
Quadro 4 – Disciplinas UNIRIO	71
Quadro 5 – Disciplina UFRN	73
Quadro 6 – Disciplina UFSC.....	74
Quadro 7 – Disciplina UFES.....	76
Quadro 8 – Disciplina UFPA.....	77
Quadro 9 – Disciplinas UFPE	79

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEBD	Associação Brasileira de Ensino de Biblioteconomia e Documentação
AEE	Atendimento Educacional Especializado
AJA	Associação do Jovem Aprendiz
BN	Biblioteca Nacional
CASA	Comunicação aumentativa (suplementar) e alternativa
CAT	Comitê de Ajudas Técnicas
CDPD	Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência
CEB	Comunidade Eclesial de Base
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNPq	Centro Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EF	Ensino Fundamental
EI	Ensino Infantil
EJA	Ensino de Jovens e Adultos
EM	Ensino Médio
EUA	Estados Unidos da América
IBBD	<i>Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação</i>
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IESF	Instituto de Ensino Superior da Funlec
IFES	Instituição Federal de Ensino Superior
INEP	Instituto Nacional de Estudo e Pesquisa
INES	Instituto Nacional de Educação de Surdos
ITS	Instituto de Tecnologia Social
LDBEN	Lei De Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LIBRAS	Linguagem Brasileira de Sinais
MCT	Ministério de Ciência e Tecnologia
MEC	Ministério da Educação e Cultura
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PNEs	Pessoas com Necessidades Especiais
PNL	Política Nacional do Livro
SECIS	Secretaria de Ciência e Tecnologia para a Inclusão Social
SEDH	Secretaria Especial de Direitos Humanos
SEESP	Secretaria de Educação Especial
SENAAC	Seminário Nacional de Acessibilidade em Ambientes Culturais
SERES	Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior

SNPD	Subsecretaria Nacional da Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência
TA	Tecnologia Assistiva
TICs	Tecnologias de Informação e Comunicação
TTY	Telefones com teclado — teletipo
UESPI	Universidade Estadual do Piauí
UFAL	Universidade Federal de Alagoas
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFC	Universidade Federal do Ceará - Juazeiro
UFC	Universidade Federal do Ceará - Fortaleza
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
UFG	Universidade Federal de Goiás
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFMT	Universidade Federal do Mato Grosso
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFPB	Universidade Federal do Paraíba
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFS	Universidade Federal de Sergipe
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UnB	Universidade de Brasília
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
USP	Universidade Federal de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
2 INFORMAÇÃO	20
3 FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL BIBLIOTECÁRIO	25
4 CURRÍCULO	27
5 ACESSIBILIDADE	32
5.1 PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS (PNEs) OU DEFICIENTES.....	33
5.2 TECNOLOGIA ASSISTIVA	46
5.2.1 Audiolivro.....	51
5.2.2 Audiodescrição	52
5.2.3 Braille	54
5.2.4 Libras.....	57
6 METODOLOGIA	60
6.1 TIPO DE ESTUDO	60
6.2 OBJETO E UNIVERSO DO ESTUDO.....	60
6.3 PROCEDIMENTO DE COLETA DE DADOS	61
6.4 TRATAMENTO DOS DADOS	63
7 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	65
7.1 Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	67
7.2 Universidade de Brasília (UnB)	69
7.3 UFC – Juazeiro e Fortaleza.....	70
7.4 UNIRIO.....	70
7.5 Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)	72
7.6 Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	73
7.7 Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)	76

7.8 Universidade Federal do Pará (UFPA).....	76
7.9 Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	77
7.10 Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	79
7.11 Universidade Federal de Sergipe (UFS).....	80
7.12 Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).....	81
7.13 Universidade Federal de Goiás (UFG).....	81
7.14 As Disciplinas Acessíveis	82
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	85
REFERÊNCIAS.....	89

1 INTRODUÇÃO

Este estudo busca descrever e identificar de que maneira a temática da acessibilidade está sendo abordada nos currículos dos cursos de biblioteconomia das universidades públicas federais no Brasil, pois se acredita que o tema acessibilidade é recente e ainda pouco explorado no país. O ideal de homem produtivo estava inexoravelmente ligado ao corpo forte, perfeito e com proporções harmônicas que propiciassem a ocupação de espaços e ambientes de forma geometricamente calculada. O indivíduo visto como máquina organizada para cumprimento de tarefas ligadas à defesa, à conquista e ao domínio da natureza visando sempre o melhor aproveitamento de suas aptidões e potencialidades. Sendo assim, todos aqueles considerados destoantes do padrão estabelecido de produtividade e utilidade eram alijados da sociedade. O privilégio conferido aos sujeitos fortes, perfeitos e adequados significou, durante alguns séculos, não só a exclusão social, mas em muitos casos, a morte de inúmeras pessoas.

Atualmente, a partir do momento em que as estatísticas e os censos demográficos começaram a apontar um número muito grande de pessoas com alguma deficiência, o tema acessibilidade ganhou relevância e visibilidade. (IBGE, CENSO, 2010)¹. Além disso, instrumentos políticos abriram caminho para uma sociedade consciente dos seus direitos, principalmente, o direito à igualdade. Portanto, uma ação política que não contemple uma pessoa com deficiência está incompleta, pois exclui uma parcela significativa da população. Nesse sentido, pleitear posicionamentos e políticas públicas mais concretas significa conduzir o governo e a sociedade a um melhor entendimento das questões que envolvem acessibilidade.

No caso do Brasil, não há a cultura de acessibilidade, há sim, uma conduta incipiente no que concerne a administração da diversidade humana. Somente a partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948 e da Constituição Federal de 1988 é que a palavra igualdade se torna presente na sociedade. Já a

1

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) com último censo demográfico em 2010. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br> > Acesso em: 15 de novembro de 2012.

temática da acessibilidade só foi abordada oficialmente por meio de legislação específica na passagem da década de 80 para 90 com a Lei Federal Nº 7853/89²

A ideia de homem bem construído, paulatinamente, começa a ser substituída pelo homem respeitado dentro de suas capacidades e limitações a partir da promulgação da Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948, quando a maioria dos países membros da Organização das Nações Unidas (ONU) e entre eles o Brasil, adotou tal resolução. Deste ponto, surgem conceitos correlatos ligados ao tema da acessibilidade, como inclusão, educação inclusiva, diversidade, Pessoas com Necessidades Especiais (PNEs), deficientes, acesso à informação, tecnologia assistiva (TA), exclusão, Atendimento Educacional Especializado (AEE), políticas de inclusão, entre outros. Esses conceitos contemplam desde a acessibilidade física, tecnológica e social. Acessibilidade tem interpretações tão amplas que não se refere exclusivamente às PNEs, mas a todas as pessoas que não se enquadram de alguma maneira aos padrões vigentes e institucionalizados.

Dentro deste contexto, novas perspectivas surgiram a respeito da acessibilidade sendo abordadas por diferentes áreas do conhecimento e da sociedade, direta ou indiretamente. No âmbito universitário, esses debates são intensificados na última década. A necessidade de abordar de maneira completa e interdisciplinar propiciam que a questão da acessibilidade e da inclusão sejam trabalhadas sob diferentes aspectos, quais sejam: físico, educacional, moral e social. Para a operacionalização desse intuito, algumas faculdades como a de Arquitetura e de Educação iniciaram a proposição de disciplinas específicas nos seus currículos.

O currículo, entendido como a formalização da cultura escolar e como fruto da identidade política e cultural de uma coletividade, deve ser reflexo das necessidades expressas ou implícitas emergentes da sociedade. Essa afirmativa é o fio condutor da presente pesquisa, pois se acredita que é a integração entre a ciência e a comunidade que os verdadeiros avanços sociais são alcançados. Nesta ótica, é importante apontar o currículo como um meio provável de modificar a forma com que esse grupo organizado vê e trata o tema da acessibilidade, pois é durante a formação acadêmica que o futuro profissional cria a consciência necessária para

² O Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, regulamenta a Lei nº 7853 de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida normas de proteção e dá outras providências.

entender a primazia pela inclusão das Pessoas com Necessidades Especiais (PNEs) nos mais diferentes contextos de maneira igualitária, emancipatória e natural.

O tema acessibilidade foi uma escolha pessoal da pesquisadora deste estudo baseada em sua experiência como bolsista de projetos como “Acessibilidade Cultural em Bibliotecas e Museus e Acessibilidade em Ambientes Culturais”, além de atuar como audiodescritora voluntária em livro homônimo a um dos projetos. Além disso, participou de curso de audiodescrição promovido pelo Seminário Nacional de Acessibilidade em Ambientes Culturais (SENAAC) e palestrou em Oficina Projeto Poliedro – Acessibilidade em Ambientes Culturais promovido pelo Projeto Pedagógico da 8ª Bienal do Mercosul. Deste modo, foi possível um maior conhecimento acerca dessas pessoas entendidas e compreendidas dentro de suas especificidades, cuja limitação não pode ser vista como impeditivo para ir em frente no propósito de uma formação acadêmica. Essa vivência oportunizou o contato e a troca de experiências com PNEs de maneira gratificante e, ao mesmo tempo, inquietante.

Considera-se, portanto, que o estudo sobre a temática da acessibilidade é extremamente útil e necessária para a compreensão das necessidades desses indivíduos, bem como do papel social que as universidades devem cumprir como agentes de disseminação e edificação de sujeitos críticos e engajados. Sendo assim, estabeleceu-se como problema de pesquisa: **De que maneira os currículos dos cursos de Biblioteconomia das universidades públicas federais do Brasil estão contemplando a temática da acessibilidade?**

Os objetivos norteadores deste estudo são os expostos a seguir, tendo como objetivo geral: verificar o panorama acerca de como e com qual intensidade o tema da acessibilidade está sendo tratado nos currículos dos cursos de Biblioteconomia no Brasil. Já os objetivos específicos são:

- a) analisar as ementas das disciplinas obrigatórias e eletivas que compõem os currículos dos cursos de Biblioteconomia no Brasil;
- b) identificar a presença nos currículos das seguintes disciplinas: Libras, Braille e Tecnologia Assistiva;
- c) identificar a ocorrência de disciplinas que abordem temas correlatos à

questão da acessibilidade;

- d) analisar a questão da acessibilidade e o papel formativo dos cursos de Biblioteconomia.

Sasaki (2012)³ afirma que acessibilidade está muito longe de ser somente física, como alargar portas ou rebaixar calçadas, mas abrange a comunicação, a aprendizagem, regulamentadoras e até mesmo o lazer, estando relacionados ao trânsito físico e virtual das pessoas. Sendo assim, existem diferentes tipos, quais sejam: acessibilidade arquitetônica, acessibilidade comunicacional, acessibilidade atitudinal, acessibilidade metodológica, acessibilidade instrumental e acessibilidade programática.

³ Documento eletrônico disponível em: <<http://www.recantodasletras.com.br/artigos/1932014>>
Acesso em: 20 dez.2012.

2 INFORMAÇÃO

O que se lê em todo e qualquer texto científico que trate da Ciência da Informação é que ela, “a informação”, é seu objeto de estudo e se configura a partir dos meios de seu processamento, de fluxo, do seu acesso e de seu uso. Segundo Le Coadic:

A Ciência da Informação tem por objeto o estudo das propriedades gerais da informação (natureza, gênese e efeitos), ou seja, mais precisamente: a análise dos processos de construção, comunicação; e a concepção dos produtos e sistemas que permitem sua construção, comunicação, armazenamento e uso. (LE COADIC, 1996, p. 26).

Conforme Silva (2006) a informação, desde a criação da escrita, foi sinônimo de poder, justificando hoje, também, as diferenças existentes entre as classes sociais. Em uma sociedade polarizada e dividida entre os que têm muito e os que não têm acesso a nada, a informação exerce papel fundamental nos processos de empoderamento dos indivíduos. Aqui se concebe informação como elemento principal para o alcance de conhecimento entendido como o ato ou efeito de abstrair ideia ou noção de alguma coisa (Silva, 2006). Segundo os diálogos de Platão⁴ conhecimento é diferente de opinião, pois que o conhecimento seria uma “opinião” justificada, comprovada e modificadora do estado natural do homem. Enquanto a opinião não estaria condicionada a uma justificativa.

Então, pode-se afirmar que a partir da informação temos comunicação e conhecimento. A primeira é vista como fenômeno humano e social que deriva de um sujeito que conhece, pensa, se emociona e interage com o mundo sensível a sua volta e com a comunidade de sujeitos que se comunicam entre si. Segundo Rüdiger (1998) a diferença entre informação e comunicação é que a informação precede a comunicação tendo, portanto, uma existência anterior e autônoma, na qual a comunicação é representada como um sistema de transmissão de informações esquematizado. Porém, se a comunicação será informação dependerá de como ela

⁴ PLATÃO (s/d), Teeteto ou Da Ciência, trad. F. Melro, Inquérito, Lisboa (orig.: c. 360-355 a.C.), p. 159 (201d). PLATÃO (s/d), Mênon, in Diálogos I: Mênon, Banquete, Fedro, trad. J. Paleikat, Tecnoprint (Ediouro), Rio de Janeiro, pp. 44-74 (orig. c. 387-380 a.C.), p. 72 (98a). Datas dos originais são estimativas apresentadas em BRICKHOUSE, T. & SMITH, N.D. (2006), “Plato”, The Internet Encyclopedia of Philosophy.

fará ou não sentido para quem a recebe. Deste ponto de vista, podemos pensar em uma parcela da sociedade, que devido a algum tipo de limitação, não tem seus meios comuns de informação contemplados. É inegável que esse hiato é agente produtor de exclusão e de afastamento desses sujeitos do convívio e das interações sociais.

Com relação à comunicação, comunicar tem a função de transmitir ideias e recebê-las a todo o momento. Le Coadic (1996) afirma que a informação tem agregada a ela um elemento de sentido. Seria uma mensagem com significado a ser transmitida a alguém e estaria inscrita em um suporte espacial-temporal: impresso, sinal elétrico, onda sonora ou audiovisual. Confirmando, então, sua importância, como bem coloca Silva (2006) é a partir da informação que se avalia o conhecimento de um homem e é através dela que ele busca as suas memórias.

Enquanto as raízes da palavra informação:

[...] tem origens latinas (*informatio*). Devemos considerar dois contextos básicos nos quais o termo informação é usado: o ato de moldar a mente e o ato de construir conhecimento. (CAPURRO e HIJORLAND, 2003, p. 8).

Capurro e Hijorland (2003) também afirmam que esses dois contextos da informação apresentam-se interligados. E cabe afirmar que são inúmeros os contextos possíveis para a “informação”. Assim:

A informação é um bem simbólico, um recurso que, ao mesmo tempo, se assemelha a outros bens – na medida em que possui um valor que deve ser reconhecido e administrado – e se distingue deles porque seu valor está diretamente associado a uso. Quanto mais uma informação é utilizada, mais conhecimento produz e maior é seu valor. (LEITÃO, 2005, p.13).

É notória a importância da informação como um bem. Porém, é novo o seu tratamento para torná-la disponível e acessível. O homem esteve em contextos nos quais a informação era destinada a uma minoria que detinha o poder de decisão sobre todas as situações. Deste modo, a informação foi se tornando, efetivamente, parte da vida deste homem e isso nos remete para os primórdios dos tempos, ela se apresentou sempre atrelada a um suporte e os motivos destes se deram em função

do homem possuir necessidades de comunicação e socialização.

Por esta razão a escrita e as inscrições gráficas fizeram parte da nossa história. Caso paremos para pensar nos suportes de informação, que já existiram, perceberemos que se alteraram de uma forma assustadora e para melhor visualizar Campos (1994) e Martins (1998) citam alguns deles: as pedras, as peles de animais (pergaminho), a madeira, o papiro, o papel, o livro e os suportes mais atuais em formatos eletrônicos: disquetes, CDs, DVDs e recursos multimídia, fazem parte da vida social do homem.

Diante de tanta informação em suportes diversos, e cada vez mais modernos ensejados por tecnologias avançadas, catalisadoras da informação, se faz necessário pensar em incluir o maior número de pessoas possível nesta rede, com o intuito de disponibilizar informação e construir, de fato e de direito, o que chamamos de Sociedade da Informação. Esse novo modo de lidar com um capital intangível, mas não por isso menos valioso, é o que caracteriza o mundo novo que se descortina a partir do século XX. Uma sociedade interligada por fios condutores invisíveis que exigem de cada membro da rede competências e habilidades diversas para lidarem com a informação. Sendo assim, acredita-se que a democratização do acesso à informação seja a batalha do novo milênio. (CASTELLS, 2006).

A sociedade do conhecimento é explicada por Castells (2005) como uma sociedade em rede, sociedade da informação ou ainda sociedade da informática. O referido autor compara a revolução na tecnologia da informação à transição do modo agrário para o modo industrial cujo desenvolvimento foi percebido e refletiu em todas as atividades comerciais. Ele acredita que a tecnologia da informação repercutiu, em medida equivalente, no desenvolvimento e em todas as atividades de todos os seguimentos da atividade humana.

Para Leitão (2005), o valor de uma informação está diretamente ligado ao seu uso, sendo assim quanto mais os profissionais da informação tornam a informação acessível, por meio de tratamento adequado e disponibilização de diferentes tecnologias assistivas em suas bibliotecas, maior será a sua legitimação ante a sociedade e mais conhecimento poderá ser produzido a partir dela. Essa nova sociedade do conhecimento baseia-se na seguinte tríade: informação, comunicação e conhecimento.

Através da Antropologia da Informação foi possível levantar questões sobre a “cultura informacional” que Marteleto (2002, p.105) aborda como pressupostos contextuais:

- a) o conhecimento é produto social, resultado de atividades teóricas e práticas, portanto dotado de valor para diferentes sujeitos e grupos produtores, mediadores e receptores;
- b) o reconhecimento da “cultura informacional” na qual inserem as práticas de conhecer, no quadro da reestruturação do capitalismo, da globalização do mundo e a exclusão de grande parcela da sociedade de usufruir dessa cultura, seja como produtores, mediadores ou consumidores de bens simbólicos;
- c) o deslocamento mais recente da abordagem e das políticas do conhecimento e da informação do estatal/coletivo para as competências e habilidades individuais e suas consequências nos processos de produção, distribuição e apropriação das informações;
- d) a conformação e o funcionamento de um mercado de bens simbólicos, seus elementos tecnológicos e culturais e as disputas de sentidos que se travam entre diferentes práticas, discursos e ações de intervenção social.

Atualmente, a informação tem se apresentado em um volume considerável através dos meios tecnológicos e das possibilidades oferecidas pela internet. Dentro deste contexto, no qual estamos inseridos, segundo Castells (2005) a informática mudou a forma como as relações sociais estão se dando em um crescente processo de virtualização das relações. A comunicação e a informação estão cada vez mais mediadas pela internet. A rede tornou-se lugar privilegiado cuja a visibilidade faz toda a diferença, tornando as pessoas que não estão nela marginalizadas ou alienadas.

A comunicação utiliza-se da informação e a transmite pelos mais variados canais e suportes, contemplando som e imagem, ambos executáveis. Deste ponto, podemos deduzir que a informática estaria contribuindo para tornar a informação acessível, pois hoje os recursos que oferece em áudio e softwares especiais para cada caso, assim como, as Tecnologias Assistivas estão cada vez mais refinados. Assim:

Quanto às redes de informação eletrônica, tem-se abordado o uso da Internet como uma nova esfera pública, servindo como mídia que favorece a mobilização dos movimentos sociais e a participação cidadã. [...] A informação só pode ser considerada como instrumento

de mudança e transformação social se for colocada à disposição dos cidadãos através de serviços públicos fornecidos pelo Estado, visto se tratar de um direito de cidadania. (CABRAL, 2007, p.45).

Partindo do princípio de igualdade dos direitos e de oportunidades, não se pode esquecer que há pessoas que desconhecem as tecnologias, ou que, simplesmente, não tem acesso a elas.

Kobashi e Tálamo (2003) fazem uma analogia da informação com a fome mundial e, assim como a fome, não há escassez de informação e, sim, ausência de modos de distribuição e apresentação adequados. Esta reflexão é relevante para este estudo para que a acessibilidade da informação venha a se tornar algo tão cotidiano e normal como alimentar-se. Partindo do princípio de que a informação é um direito fundamental e ela é encontrada também como direito à cidadania, ambos, direitos que não são estanques

3 FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL BIBLIOTECÁRIO

O bibliotecário é um profissional que foi se transformando, ou melhor, se adequando aos diversos contextos informacionais até a atual Sociedade da Informação. O status deste profissional na Antiguidade era o de sábio, de estudioso e de intelectual. Essa visão baseava-se nas suas atribuições que extrapolavam a função tradicional de gestor da Biblioteca, pois eram cultos o suficiente para serem responsáveis pela tutoria de príncipes. (SHILLING, 2002).

No período medieval, as bibliotecas eram restritas a mosteiros e conventos. Então a figura do bibliotecário surge como “[...] um devotado e estranho guardião do saber [...]” (MILANESI, 2002, p. 16).

Para o final do século XX o foco da profissão de bibliotecário é o de disseminador da informação.

Podemos distinguir na sua história duas grandes fases: da Renascença até os meados do século XIX, o bibliotecário é um profissional contratado por instituições particulares, sem formação especializada, quase sempre um erudito ou um escritor a quem se oferecia oportunidade de realizar em paz a sua obra, livre de preocupações materiais; a partir do século XIX, o Estado reconhece o bibliotecário como representante de uma profissão socialmente indispensável. (MARTINS, 2002, p. 332).

Silva (2005) relata que o primeiro curso de Biblioteconomia no Brasil foi realizado na Biblioteca Nacional em 1915 e sua duração era de aproximadamente 12 meses e se constituía de apenas cinco disciplinas. O curso recebeu forte influência francesa, pois a primeira escola de Biblioteconomia teve origem na *École Nationale des Chartes*, em Paris. A partir daí, as mudanças foram muitas e das mais diversas ordens todas ensejadas pelas mudanças nos paradigmas informacionais que regem a profissão.

A profissão de bibliotecário é uma das mais antigas do mundo e acompanhou grande parte da nossa história. Para tornar-se um profissional bibliotecário no Brasil, hoje, é necessário fazer um curso de nível superior, com duração de quatro anos. Este curso de graduação em Biblioteconomia é mantido por praticamente todas as universidades federais do país e reconhecido pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC).

A Biblioteconomia foi reconhecida como profissão de nível superior em 1962. Sua origem universal é ligada à instituição biblioteca. Essa profissão demonstra em sua trajetória eventos que a identificam como funcionalista o que inclui o seu reconhecimento legal a partir da construção de um conhecimento acadêmico próprio, ou seja, sua literatura, assim como auto-regulação e certificação. (ABBOTT, 1988⁵ *apud* MUELLER, 2004).

A Biblioteconomia, a partir de seus objetivos técnicos é definida como o conhecimento que envolve os procedimentos e critérios necessários para organizar o acervo de livros contendo informações de natureza diversa. É claro que, atualmente, esta definição já não contempla todas as possibilidades e habilidades do profissional bibliotecário, pois a Biblioteconomia extrapola a organização física de ambientes e acervos, ela trabalha, mais do que nunca, com a disseminação da informação. (VIEIRA, 2000⁶ *apud* ANDRADE 2008).

As atividades do bibliotecário passaram por muitas mudanças e adequações que se relacionam com as formas de apresentação da informação, deixando de ser tão tecnicistas.

Dentro desta perspectiva, cabe lembrar a importância da formação deste profissional e do seu currículo pensado em prol da atividade humana ou de um bem coletivo.

⁵ ABBOTT, Andrew. *The system of professions: an essay on the division of expert labor*. Chicago: The University of Chicago Press, 1988.

⁶ VIEIRA, Sofia Lercher. Escola – função social, gestão e política educacional. In: FERREIRA, Naura Syria C.; AGUIAR, Márcia Ângela das (Orgs.). **Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos**. São Paulo: Cortez, 2000. p. 129-145.

4 CURRÍCULO

Os currículos apresentam, em suma, uma lista de disciplinas, que do ponto de vista dos formadores ou docentes serão fundamentais para a formação do profissional. Segundo Vasconcellos (2009) currículo significa carreira, curso, percurso, lugar onde se corre, campo. Também pode ter o significado de curso da vida ou trajetória do estudante durante a formação. Mas o significado que nos interessa aqui é relacionado à proposta curricular, a seleção e a organização de aprendizagem e desenvolvimento realizada pela instituição de ensino.

Então, o currículo é constituído pelo:

que é aprendido e ensinado (contexto); como é oferecido (métodos de ensino e aprendizagem); como é avaliado (provas, por exemplo) e os recursos usados (ex. livros usados para ministrar os conteúdos e para o processo ensino-aprendizagem). O currículo formal [baseia-se] em um conjunto de objetivos e resultados previstos (.), o informal ou currículo oculto [diz respeito] à aprendizagem não planejada que ocorre nas salas de aula, nos espaços da escola ou quando os estudantes interagem com ou sem a presença do professor (a). UNESCO (2004, p. 13).

Muitas discussões têm sido feitas em relação ao currículo da Biblioteconomia, buscando destacar que ele não é meramente uma listagem de conteúdos ou uma especificação em documento que apresenta objetivos, disciplinas e temas a serem tratados.

Um currículo resulta de escolhas que devem levar em conta não apenas “o que” deve ser ensinado e “como” deve ser ensinado, mas principalmente “por que” este conhecimento deve ser ensinado. O que levou a opção por estes e não por outros conhecimentos? Quais são os interesses que estão por trás dessas escolhas? O currículo precisa ser entendido como um processo de construção social, atravessado por relações de poder “que fizeram e fazem com que tenhamos esta definição determinada de currículo e não outra, que fizeram e fazem com que o currículo inclua um tipo determinado de conhecimento e não outro. (SILVA, 2002, p. 135).

O debate sobre os currículos dos cursos de Biblioteconomia tem se intensificado nos últimos anos, buscando uma maior representatividade entre o que

se ensina e todos os desafios impostos à profissão pela Sociedade da Informação e do Conhecimento.

Conforme Castro (2002) o ensino de Biblioteconomia no Brasil iniciou sem qualquer planejamento curricular e sem perspectiva de atender necessidades alheias a Biblioteca Nacional (BN). As disciplinas eram oferecidas de maneira estanque e desarticuladas, sendo condizentes com a estrutura organizacional da BN. Desta forma, a formação do profissional bibliotecário direcionava-se a questão de guarda. As disciplinas eram basicamente: Bibliografia, Paleografia, Diplomática, Iconografia e Numismática. Todas estas disciplinas correspondiam às seções existentes na BN. O bibliotecário formado nessas bases tinha um perfil humanista e conservador.

Ainda segundo Castro (2002) até a década de 20, em São Paulo, não houve alterações curriculares significativas. Já na década de 40 muitas mudanças ocorreram em função da transferência do curso da Prefeitura Municipal para a escola livre de Sociologia e Política. No entanto, a reforma da Biblioteca Nacional operou modificações relevantes para o curso de Biblioteconomia, alterando a ênfase curricular de humanista para tecnicista consolidando no Brasil o modelo pragmático americano. Assim, na década de 50 com a criação do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD) as modificações curriculares se deram com o intuito de formar um profissional bibliotecário especializado no tratamento de informações técnico-científicas. A partir daí a aprovação de um currículo mínimo se fez necessário nas universidades federais. Este currículo mínimo contemplaria, simultaneamente, formação cultural e técnica.

Outro ponto importante de ressaltar aqui é a falta de clareza sobre quais conhecimentos deveriam ser incorporados neste Currículo Mínimo.

O primeiro currículo mínimo foi estabelecido pelo Conselho Federal de Educação pela Resolução de 16/11/1962, através do Parecer Nº 326/62 que se fundou a Resolução, foi do Conselheiro Josué Montello compreendendo as seguintes matérias: História do livro; História da literatura; História da Arte; Introdução ao estudos históricos; Evolução do pensamento filosófico e Científico; Organização e Administração de Bibliotecas; Catalogação e Classificação; Bibliografia e Referência; Documentação e Paleografia. (CASTRO, 2002, p. 35).

O currículo mínimo do curso de Biblioteconomia no Brasil passou por vários seminários, nos quais foram incluídas muitas outras disciplinas. Não obstante, foi em 1971 que a Associação Brasileira de Ensino de Biblioteconomia e Documentação (ABEBD)⁷ através de reuniões periódicas que levantaram sugestões pertinentes para alterações no currículo vigente na década de 80 o segundo currículo foi aprovado.

Dentro desta perspectiva, podemos avaliar por que o currículo do curso de Biblioteconomia vem sofrendo mudanças que são coerentes com as transformações da sociedade, dos estudantes e do profissional. É necessário que se entenda que o currículo, antes de tudo, é uma construção cultural que beneficia os processos de aquisição do conhecimento de forma articulada entre a sociedade e os alunos.

Segundo Silva (2002) em muitos cursos trabalha-se com fenômenos isolados e apresentados fora de um contexto histórico, social, político, cultural e fora da realidade dos estudantes. De modo geral, esse currículo desconsidera a diversidade cultural, privilegiando visões de mundo hegemônicas.

Considerando que somos constituídos por aquilo que nossos sentidos nos oferecem como ver, ler, falar, ouvir e considerando que a partir da nossa convivência com o meio nos tornamos únicos na formação de nossas identidades, deve-se chamar a atenção para a importância e contribuição que um currículo tem no que é relativo à diversidade cultural, social e no que somos diferentes do outro para compartilhar saberes e (re) construir significados.

Portanto, no âmbito da universidade é esperado que a diversidade humana que representa as diferenças e necessidades, interesses, histórias de vida e motivações de cada aluno sejam (re) conhecidas, compreendidas e valorizadas pelos docentes como um recurso importante para ensinar a todos de forma imparcial.

Isso significa também que educar em um contexto que há diversidade exige destacar e aproveitar as diferenças individuais para enriquecer e flexibilizar o conteúdo curricular. Este currículo deverá, então, ser pensado a partir da participação dos estudantes, da sociedade e dos docentes para contemplar as necessidades e demandas sociais do momento.

⁷ Atual ANCIB.

Igualmente, a organização das atividades de classe deve privilegiar grupos de trabalho colaborativo e o apoio mútuo entre os aluno(a)s. Somente assim, a dinâmica de aula ganha características que são responsivas a todos os aluno(a)s e nas quais todo(a)s possam participar com sucesso, ou seja, uma aula inclusiva. Para criar oportunidades de aprendizagens igualitárias na sala de aula, a abordagem inclusiva oferece orientações para que o(a) docente rompa gradualmente com as práticas pedagógicas homogêneas que se configuram por 'um conteúdo curricular, uma aula, uma atividade e um mesmo tempo de realização da atividades para toda a turma'. Para educar na diversidade, o docente deve adotar em sua prática pedagógica os princípios orientadores da prática de ensino inclusiva. (MEC/SEESP 2005, pp. 23-25).

Numa instituição de ensino preocupada com a construção de uma educação de qualidade para todos os discentes, parte-se do princípio de que a diversidade é um aspecto enriquecedor de um grupo e de que as respostas diferenciadas exigidas por alguns alunos podem beneficiar todos os outros.

Werneck (1997) já mencionava sobre uma sociedade inclusiva, a escola inclusiva, onde inclusão deveria ser assunto do cotidiano de uma sala de aula. Afirmou que "buscar o mundo inclusivo significa enfrentar muitos desafios e um deles, com certeza, é impregnar a sociedade de bons motivos que garantam a ampla convivência de pessoas deficientes com não deficientes."

Uma escola inclusiva não pode, pois, orientar-se pelo paradigma da uniformidade curricular, o que exige alterações profundas ao nível da organização e gestão curricular e da formação de professores, é claro, de início, um currículo flexível, portanto adaptável.

A Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (Seres) é a unidade do Ministério da Educação responsável pela regulação e supervisão de instituições públicas e privadas de ensino superior e cursos superiores de graduação do tipo bacharelado, licenciatura e tecnológico, na modalidade presencial ou a distância. A Secretaria deve zelar para que a legislação educacional seja cumprida e suas ações buscam induzir a elevação da qualidade do ensino por meio do estabelecimento de diretrizes para a expansão dos cursos e instituições, da conformidade às diretrizes curriculares nacionais e de parâmetros de qualidade de cursos e instituições. (PARÂMETROS CURRICULARES DO ENSINO SUPERIOR, 2012).

Enfim, os currículos são criados, elaborados por sujeitos únicos em suas vivências, experiências, trajetórias, escolhas políticas e culturais. Daí a necessidade

de trabalhar com e para a coletividade.

[...] é fundamental, para a constituição de um currículo, romper com a visão dicotômica: não se tratando de opções, mas de articulações para o processo. É preciso pensar as pessoas e as estruturas, docente e discente juntamente com dispositivos pedagógicos que fazem sentido para a realidade da nossa sociedade. (VASCONCELOS, 2002, p.43).

A sociedade é a responsável pela existência das instituições e é para ela que se trabalha. Deste modo, as decisões curriculares têm muito valor dentro do contexto das escolas e universidades, pois contribui e repercute na vida de todos os envolvidos direta ou indiretamente.

No caso das universidades, elas são responsáveis pela competência formacional de pessoas que serão introduzidas na sociedade para servi-la dentro do contexto de necessidades próprias do mundo contemporâneo.

5 ACESSIBILIDADE

A acessibilidade é um tema muito amplo e bastante abrangente. Passa por questões físicas, culturais, sociais e políticas. Está muito relacionada com inclusão e igualdade de direitos. Para os espaços físicos temos:

Acessibilidade é definida como a condição para utilização com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação por uma pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.(ABNT-NBR9050, 2004).

Já o conceito de acessibilidade mais geral: Segundo Ferreira (2001, p. 13): “Designa-se por acessível (do latim *accessibile*) aquilo que se pode atingir, alcançar ou obter facilmente, o que é compreensível”. Na maioria dos dicionários foi encontrado o termo ‘acessibilidade’ completando o conceito de acessível. Observa-se que o conceito de acessibilidade no contexto da inclusão de sujeitos ainda está sendo estudado e avaliado.

Acessibilidade, no contexto deste estudo, está fortemente ligada à palavra inclusão. Incluir, conforme Aurélio (2001, p.410) “é inserir num ou fazer parte de um grupo; envolver, implicar; abranger, conter”. Mas podemos dizer também igualar a todos. “Acessibilidade em campo ampliado significa eliminação de barreiras, sejam elas físicas, de comunicação e informação.” (SARRAF, 2012, p.64).

No site [bengalalegal](http://www.bengalalegal.com)⁸ a contribuição de Sasaki (2012) apresenta o termo acessibilidade como pouco utilizado e com origem no surgimento dos serviços de reabilitação física e profissional, isso no fim da década de 40. Em meados de 1950 começa a preocupação com a existência de barreiras arquitetônicas que impediam a integração e interação das pessoas deficientes nos espaços comuns: residência, instituições públicas e transporte coletivo. Já na década de 60 as universidades americanas tiveram a iniciativa de eliminar as barreiras arquitetônicas em muitos espaços públicos: estacionamentos, salas de aula, bibliotecas e restaurantes, entre outros. A partir de 1970 aumentou, consideravelmente, a preocupação com

⁸ Informação disponível em: < <http://www.bengalalegal.com>>. Acesso em: 09 nov. 2012.

acessibilidade dos espaços. Isso graças ao primeiro centro de vida independente do mundo que surgiu na cidade de Berkeley, Califórnia, EUA.

Assim, em 1980, o primeiro ano internacional das pessoas deficientes trouxe campanhas em âmbito mundial na tentativa de apresentar à sociedade a existência de barreiras arquitetônicas modificando os futuros projetos.

O desenho adaptável trouxe a preocupação no sentido de readequar ambientes obstrutivos. Já o desenho acessível, exige dos profissionais: arquitetos, engenheiros, urbanistas e desenhistas industriais que não incorporem elementos obstrutivos nos projetos de construção de ambientes e utensílios; beneficiando as pessoas com algum tipo de deficiência.

O conceito de acessibilidade para todos, surgiu na década de 90, quando se percebeu o paradigma do desenho universal como importante para criar ambientes, meios de transporte e utensílios projetados para atingir um maior número de pessoas. E, com o advento da fase da inclusão, hoje entendemos que a acessibilidade não é apenas arquitetônica, pois existem barreiras de vários tipos também em outros contextos que não só o ambiente físico. Porém, este contexto impulsionou outras discussões.

Acessibilidade é a ideia de um mundo sem obstáculos, tanto para a locomoção, quanto para a comunicação... é uma ideia simples. É um novo nome para o “*direito de ir e vir*” para cerca de 24 milhões de brasileiros com algum tipo de deficiência (14,5% da população). (BLOG mundo acessível, 2012).

Este discurso significa dizer que este mundo sem obstáculos também é o mundo em que se respeita o outro. A acessibilidade está aí para ser entendida, cobrada e aplicada, pois diz respeito a todos nós.

5.1 PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS (PNES) OU DEFICIENTES

Muito da trajetória do termo e das ações relativas à acessibilidade que conhecemos hoje encontramos atrelada a trajetória das Pessoas com Necessidades Especiais (PNEs). Essa trajetória de busca pelos seus direitos é de longa data, digamos que teve origem em tempos remotos. As pessoas cegas, surdas,

superdotadas e cadeirantes eram todas consideradas “deficientes mentais”. Conforme Kirk e Gallagher (1996), na era pré-cristã as PNEs eram invisíveis, negligenciadas e maltratadas por não estarem dentro dos padrões estéticos eram abandonadas ou eliminadas.

A partir do século XVI as PNEs começaram a ser tratadas como doentes e a perspectiva era de cura. No entanto, nada mudou com relação ao tratamento, continuaram abandonadas. As mudanças não atingiram a forma de agir das pessoas. Até mesmo os familiares as abandonavam, geralmente, em casas especializadas.

Já não se pode, justificadamente, delegar à divindade o cuidado de suas criaturas deficitárias, nem se pode, em nome da fé e da moral, levá-las à fogueira ou às gales. Não há mais lugar para a irresponsabilidade social e política, diante da deficiência mental, mas ao mesmo tempo, não há vantagens para o poder público, para o comodismo da família, em assumir a tarefa ingrata e dispendiosa em educá-lo. A opção intermediária é a segregação; não se pune, nem se abandona, mas também não se sobrecarrega o governo e a família com sua incômoda presença. (PESSOTTI, 1984, p. 24).

No texto acima, fica claro, que o governo e a família não cuidavam dos PNEs. Neste contexto, todas as pessoas consideradas diferentes eram isoladas da sociedade, pois a presença do diferente, por não estar dentro dos padrões estabelecidos como normais e adequados causava desconforto.

Finalmente, nos séculos XVIII e XIX é criada uma nova modalidade de ensino: a educação especial, através de instituições voltadas para a área médica e de caráter assistencial. Para mudar esta situação começaram a surgir as primeiras iniciativas positivas, por exemplo, a do frade Pedro Ponce de Leon (1509-1584), que em meados do século XVI, levou a cabo no Mosteiro de Oña a Educação de doze crianças surdas com surpreendente êxito e passou a ser reconhecido como iniciador do ensino para surdos e criador do método oral.

Segundo Januzzi (1985) a educação especial no Brasil surgiu por parte de D. Pedro II, a partir do Imperial Instituto dos Meninos Cegos⁹. Ainda conforme Januzzi (1985) a preocupação com a educação das pessoas diferentes iniciou no final do

⁹ O Instituto ainda existe: Instituto Benjamin Constant (IBC), em homenagem ao seu terceiro diretor. Disponível em: < <http://www.ibc.gov.br> >. Acesso em: 27 de outubro 2012.

Império e início da República, a partir dos ideais liberais. Mas foi no século XX que a desinstitucionalização e a educação escolar especial começou efetivamente.

No dia 10 de dezembro de 1948, os países membros da Organização das Nações Unidas (ONU), inclusive o Brasil, uniram-se para adotar uma resolução cujo nome hoje é mundialmente (re) conhecido: Declaração Universal dos Direitos Humanos. Este documento surgiu com o objetivo de estabelecer princípios que reafirmassem os direitos de liberdade e igualdade. A ideia de direitos humanos partiu de um contexto pós-guerra. No entanto sabemos que ainda hoje estes direitos são violados. Todos falam em “direitos”, porém poucos compreendem o seu real significado e o colocam em prática.

A ideia de ter direitos parece complexa, pois se trata de algo intangível, como a informação. Não se pode tocar, comprar, permutar o direito, ele é, antes de tudo, peça fundamental na edificação das individualidades que compõem a sociedade. Mensurar algo que não tem sua realidade representada em objetos físicos é, de fato, muito complicado. Parece mais fácil compreender o que é ter um objeto pessoal, como uma cadeira, que podemos tocar, ver e mover, mas, é do senso comum que ninguém pode entrar em nossa casa e pegar a nossa cadeira. Então, neste momento em que sabemos que ninguém pode pegar nossa cadeira e entrar sem ser convidado em nossa casa estamos exercendo o nosso direito. Ou seja, as pessoas em geral têm o dever de respeitar o que é nosso, ou melhor, o nosso direito.

Deste modo, se alguém tem o direito de frequentar todo e qualquer lugar, como qualquer pessoa, a sociedade tem o dever de respeitar e garantir esse direito, não restringindo a liberdade de quem que seja.

As PNEs têm seus direitos garantidos por lei, começando pelo direito de ir e vir, de igualdade perante todas as coisas da sociedade, direito à educação, o que significa que o governo tem o dever de proporcionar escolas e bibliotecas adequadas para todos.

Desde então, muitos instrumentos políticos têm sido criados para garantir os direitos das PNEs, mas todos são recentes, a Educação Especial começa a ter fundamentação a partir de princípios norteadores. Deste modo, BRASIL/SEESP-MEC (1994) apresenta os princípios democráticos de igualdade, liberdade e respeito à dignidade. Dentro desta perspectiva a educação especial parte de princípios como:

normalização (proporcionar às PNEs igualdade social: emprego, escola, saúde, entre outros); integração (se relaciona à aceitação desse indivíduo na sociedade e de forma a lhe dar direitos civis, democracia) e individualização (atender de forma individualizada conforme sua limitação, dar o que cada um necessita para o seu desenvolvimento pleno, respeitando suas características individuais).

[...] a integração social, afinal de contas, têm consistido no esforço de inserir na sociedade pessoas com deficiência que alcançaram um nível de competência compatível com os padrões sociais vigentes. A integração tinha e tem o mérito de inserir o portador de deficiência na sociedade, sim, mas desde que ele esteja de alguma forma capacitado a superar essas barreiras físicas, programáticas e atitudinais nela existentes. Sob a ótica dos dias de hoje, a integração constitui um esforço unilateral tão somente da pessoa com deficiência e seus aliados (a família, a instituição especializada e algumas pessoas da comunidade que abracem a causa da inserção social), sendo que estes tentam torná-la mais aceitável no seio da sociedade. (SASSAK, 1997, p. 34).

O autor enfatiza a importância da autonomia do sujeito deficiente para que este se sinta integrado no meio em que convive e isso inclui ser aceito na escola, na universidade, no seu trabalho e outros ambientes de convívio social.

Deficiência é um termo usado para definir um defeito, uma perda ou uma dificuldade. Uma pessoa com deficiência é alguém que possui uma limitação mental, ou física que a impede, de maneira significativa, de realizar alguma atividade essencial para a vida. Assim, em outras palavras, a deficiência é uma disfunção física que afeta um ou mais dos sistemas do corpo, ou uma disfunção mental ou psicológica, impedindo a realização de atividades básicas que se referem a caminhar, ver, ouvir, falar, respirar, curvar-se, aprender ou trabalhar. (MOTTA, 2004, p.47).

Silva (1999), lembra que a descrição da deficiência como “invalidez” produz a segregação das PNEs, na medida em que as representa como incapazes, dependentes e que necessitam de proteção. Afirma também que esta representação esteve presente na legislação brasileira até a década de 1980 e, em consequência, também no imaginário social.

Em meados da década de 90 o termo “inclusão” começa a ser usado e hoje em dia, a abordagem está modificando estes rótulos e os autores estão trabalhando um novo conceito apresentando as PNEs como capazes, autônomas, mais

integradas à sociedade e prescrevendo novas posturas de convívio. Esta nova visão prevê que os currículos se adaptem para atender as PNEs e que os espaços sociais facilitem seu acesso e eliminem possíveis barreiras de qualquer ordem.

No entanto, sabemos que as mudanças chegam lentamente. Também não podemos esquecer que a terminologia utilizada na legislação e nos instrumentos de políticas públicas se revelam, muitas vezes, em teoria somente. Porém, a sociedade evoluiu neste sentido saindo da segregação da antiguidade ao novo conceito de inclusão.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos foi uma iniciativa que motivou a criação da Constituição Federal Brasileira (1988) elaborada após o fim do regime militar, colocando o Brasil como um Estado democrático de direito e além de trazer à tona discussões de direitos fundamentais abrindo espaço para um novo tratamento aos PNEs no ensino Conforme Art. 205 e 206:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL BRASILEIRA, 1988, artigos: 205 e 206).

Toda lei precisa ser interpretada e analisada tendo como base os princípios fundamentais que ditam a Constituição Federal. O decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, regulamenta a Lei Federal Nº 7.853 de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida normas de proteção e dá outras providências.

A lei federal n. 7.853/89, regulamentada pelo decreto 3.298/99 ratifica a Constituição Federal no que se refere a obrigatoriedade da oferta da educação especial nas escolas públicas determina como crime quando as instituições educacionais publicas ou privadas "recusar, suspender, procrastinar, cancelar ou fazer cessar, sem justa causa, a inscrição de alunos em estabelecimento de ensino de qualquer curso ou grau, público ou privado, por motivos derivados da deficiência que porta. (lei federal nº 7.853, 1989).

A continuidade desse discurso da Constituição Federal se dá com a Conferência Mundial sobre Educação para Todos realizada em Jomtien, na Tailândia, 1990:

EDUCAÇÃO PARA TODOS: UMA VISÃO ABRANGENTE E UM COMPROMISSO RENOVADO

ARTIGO 2 . EXPANDIR O ENFOQUE

1. Lutar pela satisfação das necessidades básicas de aprendizagem para todos exige mais do que a ratificação do compromisso pela educação básica. É necessário um enfoque abrangente, capaz de ir além dos níveis atuais de recursos, das estruturas institucionais; dos currículos e dos sistemas convencionais de ensino, para construir sobre a base do que há de melhor nas práticas correntes. Existem hoje novas possibilidades que resultam da convergência do crescimento da informação e de uma capacidade de comunicação sem precedentes. Devemos trabalhar estas possibilidades com criatividade e com a determinação de aumentar a sua eficácia.
2. Este enfoque abrangente, tal como exposto nos Artigos 3 a 7 desta Declaração, compreende o seguinte:
 - a) universalizar o acesso à educação e promover a equidade;
 - b) concentrar a atenção na aprendizagem;
 - c) ampliar os meios e o raio de ação da educação básica;
 - d) propiciar um ambiente adequado à aprendizagem;
 - e) fortalecer alianças.
3. A concretização do enorme potencial para o progresso humano depende do acesso das pessoas à educação e da articulação entre o crescente conjunto de conhecimentos relevantes com os novos meios de difusão desses conhecimentos. (Declaração Mundial sobre Educação para Todos, 1990).

A década de 90 também foi cenário para outros instrumentos relevantes para a sociedade. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) Lei Federal Nº 8.069, de 13 de julho de 1990 apresenta discurso semelhante à Declaração Universal dos Direitos Humanos, porém direcionado às crianças e adolescentes: “§ 1º A criança e o adolescente portadores de deficiência receberão atendimento especializado.”(ECA, Art. 11, 1990).

Art.3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade. (ECA, Art. 3).

Em 1994, os delegados da Conferência Mundial de Educação Especial, representando 88 governos e 25 organizações internacionais em assembleia, na cidade de Salamanca na Espanha reafirmaram o compromisso para todos, reconhecendo a necessidade e urgência do providenciamento da Educação para as crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais:

Garantem que, no contexto de uma mudança sistêmica, programas de treinamento de professores, tanto em serviço quanto em formação, incluam a provisão de educação especial dentro das escolas inclusiva...Qualquer pessoa portadora de deficiência tem o direito de expressar seus desejos com relação à sua educação, tanto quanto estes possam ser realizados. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994).

Participaram desta conferência a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

A década de 90 trouxe a Lei De Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) Lei Federal Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996¹⁰, um instrumento legal muito importante para a educação reforçando a obrigação do país em prover a educação. No artigo V que trata exclusivamente da educação especial, preconiza: “[...] atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino”.

Já no artigo 59¹¹ preconiza que os sistemas de ensino deverão assegurar aos alunos PNEs “currículos, métodos, técnicas, recursos educativos, e organização específica para atender as suas necessidades”.

Apesar das legislações em defesa da educação inclusiva e das PNEs ainda há muito preconceito em torno dessas pessoas. Daí a necessidade de se discutir de maneira mais ampla e profunda a respeito deste tema conscientizando a todos, mas principalmente a família que é a parte mais importante para o desenvolvimento do ser humano.

A escola também é um espaço muito importante para a tarefa de conscientização, pois ela tem um mundo de diversidade para trabalhar a ideia de inclusão com seus alunos. O importante é começar. São também consideradas

¹⁰ Documento disponível em:< http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn2.pdf >.
Acesso em: 07 nov. 2012.

¹¹ Idem.

espaços de maior convívio social. Nela aprendemos muitos princípios, como por exemplo, o de democracia.

Pensar em inclusão é desenvolver a capacidade de entender e de reconhecer o outro e, assumir o privilégio de conviver e compartilhar com as diferenças. A escola inclusiva acolhe todas as pessoas. (MANTOAN, 2005, p. 25).

Conforme Censo Demográfico de 2000 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)¹², 35,8 milhões de brasileiros têm deficiência visual. São 16,6 milhões de pessoas com algum grau de deficiência visual, quase 150 mil se declararam cegos. É a deficiência que mais cresce comparada a outras como a deficiência auditiva que atinge 5,7 milhões de brasileiros, um pouco menos de 170 mil se declararam surdos. Neste mesmo Censo é possível conhecer o percentual de pessoas com deficiência visual que trabalham e esta proporção cai consideravelmente com relação ao nível de instrução, chegando a 10% entre as pessoas com mais de 11 anos de estudo. Baseado nestes dados fica a dúvida sobre a inclusão dessas pessoas não somente no ensino básico, mas também na Educação Superior.

Em 2001 foi aprovada pelo Congresso Internacional “Sociedade Inclusiva” realizada em Montreal, Quebec e Canadá, a Declaração de Montreal sobre Inclusão.

A importância de tornar popular o conceito de acessibilidade está expressa por iniciativas governamentais, conforme o site Acessibilidade Brasil¹³:

A expressão “acessibilidade” representa para o nosso usuário (em informática) não só o direito de acessar a rede de informações, mas também o direito de eliminação de barreiras arquitetônicas, de disponibilidade de comunicação, de acesso físico, de equipamentos e programas adequados, de conteúdo e apresentação da informação em formatos alternativos.

A Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência CDPD/ONU, publicada pela ONU em 2006 e promulgada no Brasil por meio do Decreto Nº

¹² Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br> >. Acesso em: 24 out. 2012.

¹³ Acessibilidade Brasil. Disponível em: < <http://www.acessobrasil.org.br/index.php?itemid=45> >. Acesso em: 07 nov. 2012.

6949/2009, no capítulo 5 assegura a pessoa com deficiência o direito à educação com qualidade social:

Reconhecendo a importância da acessibilidade aos meios físico, social, econômico e cultural, à saúde, à educação e à informação e comunicação, para possibilitar às pessoas com deficiência o pleno desfrute de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais.(ONU, 2006)¹⁴.

A política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva MEC/2008; o Decreto N.6571/2008 que dispõe sobre a oferta e o financiamento do Atendimento Educacional Especializado – AEE; e a resolução CNE/CEB N.4/2009 que estabelece Diretrizes Operacionais para o atendimento Educacional Especializado na Educação Básica também fazem parte desta corrente que pretende mudar a nossa cultura de inclusão.

A ONG Mais diferenças divulga as iniciativas que vêm trazendo resultados concretos para a inclusão das pessoas com deficiência. No período de 2003 a 2010, segundo dados do Censo Escolar/INEP:

Tabela 1 - Censo Escolar INEP

Matrículas de alunos com deficiência nas diferentes modalidades de ensino	2003	2010	CRESCIMENTO
EI	12.286	34.044	177%
EF	119.811	380.112	217%
EM	4.441	27.695	524%
EJA	8.450	41.385	390%
PROFISSIONAL	153	1.096	616%
SUPERIOR	5.078	21.006	314%

¹⁴ Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Disponível em:< <http://www.acessobrasil.org.br> >. Acesso em: 26 out. 2012.

Matrículas de alunos com deficiência nas diferentes modalidades de ensino	2003	2010	CRESCIMENTO
Vagas na Rede Pública de Ensino	276.261	532.620	93%
Número de municípios com a maioria das matrículas de alunos com deficiência no ensino regular	1.527	4.417	189%

Fonte: ONG mais Diferenças (2012).

Neste cenário, com as grandes diretrizes políticas estabelecidas (normativas, financeiras e organizacionais), reconhecendo que as mobilizações, lutas e reivindicações em prol de uma sociedade inclusiva ainda exercem um papel fundamental e que falta muito para que a enorme dívida histórica do país com a população com deficiência seja resolvida, novos desafios e problemas colocam esta pauta em outro patamar. Vale a pena lembrar que o País já alcançou 98% de acesso à matrícula, mas desses 2% que estão fora da escola, 80% são crianças e jovens com deficiência.

A partir destas iniciativas espera-se que os estudantes com necessidades educacionais especiais não sejam excluídos do sistema geral de ensino. O que, obrigatoriamente, contemplaria oferecer a informação adequada, deste modo suprimindo uma limitação. Estas políticas estão tratando da educação básica, mas e a educação superior? Levando-se em consideração que as universidades já são consideradas um espaço seletivo em que a maior parte dos alunos é proveniente de classes abastadas, pois que encontramos mais barreiras para o aluno com deficiência na Educação Superior. Ainda assim, temos muitas PNEs nas universidades brasileiras. No entanto, a Política Nacional da educação especial na perspectiva da Educação Superior Inclusiva (2008) incide sobre os diferentes níveis de ensino e advoga o acompanhamento dos avanços do conhecimento, através da constituição das políticas públicas promotoras do acesso à escolarização em todos os níveis¹⁵.

¹⁵ BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br> >. Acesso em: 26 out. 2012.

A evolução da política de educação especial pode ser observada na ampliação do número de alunos surdos na educação básica e superior nos últimos anos e na valorização profissional dos professores de Libras, que passaram a fazer parte da comunidade escolar. No Brasil, os dados do Censo Escolar/INEP/2007 registram a matrícula de 64.150 alunos surdos ou com deficiência auditiva na educação básica. Os indicadores do Censo da Educação Superior/2005 apontam 2.428 alunos, representando um avanço de mais de 50% em três anos, e nos dados obtidos no Censo da Educação Superior/2006, foram registradas 2595 matrículas de alunos surdos ou com deficiência auditiva em cursos presenciais.

O Brasil destaca-se porque tem uma política educacional inclusiva, que provoca, também, mudanças na estrutura da educação superior pela introdução do estudo de Libras como disciplina obrigatória em todos os cursos que formam professores e fonoaudiólogos, bem como para a oferta de cursos de licenciatura e de bacharelado em Libras. Dentre as principais ações nesta área, destacam-se:

- a) a implementação do Prolibras – Exame Nacional para Certificação de Proficiência no ensino da Língua Brasileira de Sinais e para Certificação de Proficiência em Tradução e Interpretação de Libras/Língua Portuguesa, realizado anualmente pelo MEC/INEP, em todos os estados, desde 2006, obtendo 1.380 profissionais certificados para o ensino de Libras e 1.480 profissionais para a tradução e interpretação da Libras;
- b) a criação do Curso de Pedagogia Bilíngüe – Libras/Língua Portuguesa, no Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES, em 2005, que se tornou referência como primeiro curso superior bilíngüe para a formação de professores surdos e ouvintes;
- c) a implantação do Curso Superior de Letras com Licenciatura em Língua Brasileira de Sinais/Libras e de Bacharelado em Tradução e Interpretação de Libras, em 2006 e 2008, respectivamente, por meio da parceria entre o MEC e a Universidade Federal de Santa Catarina com pólos em 30 instituições públicas de ensino superior, na modalidade a distância, para mais de 1.000 alunos. (DUTRA, 2012)¹⁶

O programa Incluir é um exemplo de acessibilidade na Educação Superior. As suas ações permitem que as PNEs tenham acesso às informações de forma coerente com sua limitação dentro das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES).

¹⁶ Documento eletrônico.

O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), fortalece as políticas educacionais voltadas para a educação dos alunos PNEs por meio de programas como o Incluir: Acessibilidade na Educação Superior, iniciado em 2005, promove o fomento à criação de núcleos de acessibilidade nas instituições federais de educação superior com vistas à eliminação das barreiras físicas, pedagógicas e nas comunicações, garantindo as condições de acesso e permanência dos alunos com deficiência na educação superior. (DUTRA, 2012)¹⁷.

Compreendendo essa perspectiva indaga-se sobre a adequação das universidades no que tange a incorporação de disciplinas sobre acessibilidade em seus currículos. Essas alterações devem visar à formação completa dos futuros profissionais da informação, para que estejam preparados para receber e trabalhar com as PNEs, principalmente, disponibilizando e facilitando seu acesso físico e informacional no ambiente da biblioteca. Lima (2005)¹⁸ afirma que

Uma das formas de superação das desigualdades nos dias de hoje, é o conhecimento. A criação e manutenção dos serviços de informação acessível ao cidadão tornaram-se sem dúvida um dos mecanismos para o compartilhamento do saber, de forma a reduzir as desigualdades sociais. Há uma consciência crescente de que muitas pessoas têm dificuldades em conseguir uma participação igualitária na sociedade por terem pouco ou nenhum acesso à informações atualizadas. Não é mais possível a promoção de políticas de inclusão social sem o conhecimento das tecnologias hoje existentes, das normas jurídicas em vigor e de uma visão sistêmica em termos de áreas do conhecimento. Desta forma, o compartilhamento de informações torna-se uma tarefa de fundamental importância. A igualdade de oportunidades passa necessariamente pela tomada de consciência dos direitos e necessidades de cada cidadão, bem como da colaboração que cada um é capaz de oferecer. (LIMA, 2005)¹⁹.

O site Defnet é um exemplo de associação que se caracteriza pela filantropia, pelo direito privado, e não visa auferir lucros para seus associados e colocou muito bem a questão dos direitos das PNEs:

Nosso princípio filosófico está apoiado no princípio da Autonomia e nosso desejo é que todas as pessoas, independentemente do seu grau de habilidade, competência ou eficiência, mas sim com a valorização de suas singularidades, possam juntas buscar a

¹⁷ Documento eletrônico

¹⁸ Documento eletrônico.

¹⁹ Documento eletrônico.

construção de uma Sociedade Inclusiva, onde somos todos diferentes porém não desiguais em Direitos Humanos e Deveres Sociais e Políticos. Estamos trabalhando e lutando pela Inclusão Social de pessoas com deficiência e, para tanto, temos como objetivos: a busca, a pesquisa, a análise e a difusão de informações visando a consolidação de um Banco de Dados e a sua disponibilização e socialização, cuja finalidade é a difusão de conhecimentos através da Internet e fora dela. (DEFNET, 2012)²⁰.

Os direitos fundamentais (ou direitos humanos)²¹ são úteis para este estudo, pois garantem a defesa do direito ao acesso à informação acessível. A importância deste direito é o respaldo na lei para efetivamente tornar a acessibilidade comum entre os brasileiros.

A lei está favorável às questões da acessibilidade como pode ser constatado no Estatuto da Pessoa com Deficiência do Senador Paulo Paim, o título 3, capítulo 1 das disposições gerais, artigo 101:

A acessibilidade é condição de alcance, para a utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa com deficiência. (PAIM, 2007, p.42)

No mesmo estatuto, o capítulo 3 dispõe sobre o direito fundamental do acesso à informação e à comunicação. E no artigo 148 incluem-se a obrigatoriedade dos recursos de decodificação e audíveis para os deficientes auditivos e visuais, conforme documento do Senado²².

²⁰ Documento eletrônico. Disponível em:< <http://www.defnet.org.br/>>. Acesso em: 08 out. 2012.

²¹ Na Declaração Universal dos Direitos Humanos, a afirmação dos direitos fundamentais é, simultaneamente, universal e positiva: universal no sentido de que os destinatários dos direitos são todos os homens; e positiva no sentido de que os direitos deverão ser não apenas proclamados, mas efetivamente protegidos até mesmo contra o próprio Estado que os tenha violado. (CARVALHO, 2012, p. 48).

²² Estatuto da Pessoa com Deficiência, a natureza respeita as diferenças: acessibilidade universal é direito de todos. Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado, do Sr. Paulo Paim, sobre a instituição do Estatuto da Pessoa com deficiência. 7 ed. Brasília, 2007.

5.2 TECNOLOGIA ASSISTIVA

Segundo Sasaki (2012,²³) é cada vez mais frequente, ao ler sobre deficiência, achar o termo *assistive technology*. Esse foi traduzido como **tecnologia assistiva** pelas seguintes razões: em primeiro lugar, a palavra assistiva não existe, ainda, nos dicionários da língua portuguesa. Mas também a palavra *assistive* não existe nos dicionários da língua inglesa. Então, assistiva (que significa alguma coisa "que assiste, ajuda, auxilia").

Tecnologia Assistiva, assim como acessibilidade é um termo novo e significa todas as possibilidades existentes em recursos e serviços que contribuem para proporcionar ou ampliar habilidades funcionais de pessoas com deficiência e consequentemente promover vida independente e inclusão. Deste modo, foi criada a Subsecretaria Nacional da Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD) cujo objetivo é:

desenvolver articulações com instituições governamentais, não-governamentais e com as associações representativas de pessoas com deficiência, visando à implementação da política de promoção e defesa dos direitos da pessoa com deficiência; o estímulo à implantação de desenho universal e tecnologia assistiva requeridas pelas pessoas com deficiência na pesquisa e no desenvolvimento de produtos, serviços, equipamentos e instalações é função essencial da Subsecretaria. O Programa Nacional de Acessibilidade e o Programa de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência pretendem estimular todos os setores, públicos e privados, para que as políticas e programas contemplem a promoção, a proteção e a defesa dos direitos da pessoa com deficiência. No âmbito internacional, cabe à Subsecretaria colaborar com as iniciativas de projetos de cooperação sul-sul e de acordos de cooperação com organismos internacionais no que tange à área da deficiência. (CORDE, 2012)²⁴

A independência e autonomia são fatores de muita importância para se ter uma vida considerada normal e saudável e há um movimento crescente neste sentido, no mundo, de incentivo e o tema tecnologia assistiva está em debate pela sociedade em geral e na literatura. Neste contexto é necessário uniformidade na

²³ Documento eletrônico. Disponível em: <<http://www.bengalalegal.com/>>. Acesso em: 02 nov. 2012.

²⁴ Documento eletrônico. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/corde/>>. Acesso em: 14 out. 2012.

terminologia adotada com relação aos recursos e serviços prestados que se utilizam da tecnologia para levar a tão sonhada independência às pessoas com deficiência.

Com relação à informática, são todos os artefatos que auxiliam, de alguma forma, as pessoas com algum tipo de necessidade, seja ela física, visual, auditiva, mental, entre outras. As TA podem ser tanto de *hardware*, por exemplo, impressora Braille, linhas Braille, apontadores, lupas eletrônicas, como de *software*, a saber, leitores de telas, ampliadores de telas, navegadores textuais, barras de acessibilidade com ajustes de tamanho de texto e contraste.

Na Internet há muitos sites preparados para tornar possível que qualquer pessoa use a tecnologia de navegação na *Web* com autonomia para obter a informação de que necessita e interagir. É claro que não é a regra, mas a exceção, pois a maioria dos sites tem a plataforma confusa e desestimulam a navegação, pois está bem longe de ser acessível.

É do senso comum que as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) vêm se tornando, de forma crescente, importantes instrumentos de nossa cultura e, sua utilização, um meio concreto de inclusão e interação com o mundo. (LEVY, 1993).

A TA, como trás seu conceito, basicamente são recursos e serviços. Os recursos podem variar de uma simples bengala a um complexo sistema computadorizado. São computadores, softwares e hardwares especiais, que contemplam questões de acessibilidade, dispositivos para adequação da postura sentada, recursos para mobilidade manual e elétrica, equipamentos de comunicação alternativa, chaves e acionadores especiais, aparelhos de escuta assistida, auxílios visuais, materiais protéticos e milhares de outros itens confeccionados ou disponíveis comercialmente. E os serviços são aqueles prestados por profissionais diretamente às pessoas com deficiência para o auxílio da utilização de um instrumento de tecnologia assistiva, por exemplo, uma experimentação.

Sasaki (2012,)²⁵ afirma que o objetivo principal da TA é proporcionar à pessoa com deficiência maior independência, qualidade de vida e inclusão social, através da ampliação de sua comunicação, mobilidade, controle de seu ambiente,

²⁵ Documento eletrônico. Disponível em: <<http://www.bengalalegal.com/>>. Acesso em: 02 nov. 2012.

habilidades de seu aprendizado, trabalho e integração com a família, amigos e sociedade. Entre as categorias da TA Sasaki (2012)²⁶ apresenta:

Auxílios para a vida diária: Materiais e produtos para auxílio em tarefas rotineiras tais como comer, cozinhar, vestir-se, tomar banho e executar necessidades pessoais, manutenção da casa etc. **CAA (CSA) Comunicação aumentativa (suplementar) e alternativa:** Recursos, eletrônicos ou não, que permitem a comunicação expressiva e receptiva das pessoas sem a fala ou com limitações da mesma. São muito utilizadas as pranchas de comunicação com os símbolos PCS ou Bliss além de vocalizadores e softwares dedicados para este fim. **Recursos de acessibilidade ao computador:** Equipamentos de entrada e saída (síntese de voz, Braille), auxílios alternativos de acesso (ponteiras de cabeça, de luz), teclados modificados ou alternativos, acionadores, softwares especiais (de reconhecimento de voz, etc.), que permitem as pessoas com deficiência a usarem o computador. **Sistemas de controle de ambiente:** Sistemas eletrônicos que permitem as pessoas com limitações moto-locomotoras, controlar remotamente aparelhos eletro-eletrônicos, sistemas de segurança, entre outros, localizados em seu quarto, sala, escritório, casa e arredores. **Projetos arquitetônicos para acessibilidade:** Adaptações estruturais e reformas na casa e/ou ambiente de trabalho, através de rampas, elevadores, adaptações em banheiros entre outras, que retiram ou reduzem as barreiras físicas, facilitando a locomoção da pessoa com deficiência. **Órteses e próteses:** Troca ou ajuste de partes do corpo, faltantes ou de funcionamento comprometido, por membros artificiais ou outros recurso ortopédicos (talas, apoios etc.). Inclui-se os protéticos para auxiliar nos déficits ou limitações cognitivas, como os gravadores de fita magnética ou digital que funcionam como lembretes instantâneos. **Adequação Postural:** Cadeiras de rodas manuais e motorizadas, bases móveis, andadores, *scooters* de 3 rodas e qualquer outro veículo utilizado na melhoria da mobilidade pessoal. **Auxílios para cegos ou com visão subnormal:** Auxílios para grupos específicos que inclui lupas e lentes, Braille para equipamentos com síntese de voz, grandes telas de impressão, sistema de TV com aumento para leitura de documentos, publicações etc. **Auxílios para surdos ou com déficit auditivo:** Auxílios que inclui vários equipamentos (infravermelho, FM), aparelhos para surdez, telefones com teclado — teletipo (TTY), sistemas com alerta tátil-visual, entre outros. **Adaptações em veículos:** Acessórios e adaptações que possibilitam a condução do veículo, elevadores para cadeiras de rodas, camionetas modificadas e outros veículos automotores usados no transporte pessoal.

Toda a TA que se utiliza de um microcomputador é uma interface homem/máquina, portanto, segundo Lévy (1993, p.176) “designa o conjunto de

²⁶ Documento eletrônico.

programas e aparelhos materiais que permitem a comunicação entre um sistema informático e seus usuários humanos”.

Encontramos também o termo TA sendo empregado pelo Ministério de Ciências e Tecnologia do Brasil que no ano de 2005, ao lançar um edital para o apoio financeiro de projetos de pesquisa e desenvolvimento nesta área, publica o seguinte conceito: “tecnologias que reduzam ou eliminem as limitações decorrentes das deficiências física, mental, visual e/ou auditiva, a fim de colaborar para a inclusão social das pessoas portadoras de deficiência e dos idosos.” (MCT - MINISTÉRIO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, 2005, p.1).

João Carlos Martins Neto²⁷ e Rodrigo Sobral Rollemberg²⁸ em documento publicado através do MCT:

Infelizmente, o uso de Tecnologias Assistivas no Brasil ainda é restrito, tanto para instrumentos de alta tecnologia, como para os menos sofisticados, os que auxiliam a realização das atividades do dia-a-dia (higiene pessoal, alimentação, vestuário, manuseio de livros, manuseio de telefones, escrita, etc). Os motivos são os mais variados: falta de conhecimento do público usuário a respeito das tecnologias disponíveis; falta de orientação aos usuários pelos profissionais da área de reabilitação; alto custo; carência de produtos no mercado; falta de financiamento para pesquisa; dentre outros. (NETO e ROLLEMBERG, 2005, p.2).

A Secretaria de Ciência e Tecnologia para a Inclusão Social (SECIS) do Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT) em parceria com o Instituto de Tecnologia Social (ITS) realizaram em 2006 uma pesquisa Nacional sobre Tecnologia Assistiva e divulgam no site assistiva²⁹ a relação de instituições que fazem a pesquisa, o desenvolvimento, a aplicação e a disseminação da tecnologia assistiva no Brasil. (PORTAL NACIONAL DE TECNOLOGIA ASSISTIVA, 2006).

Conforme Neto e Rollemberg (2005) afirmam, o MTC por sua particularidade de atuação no âmbito da ação governamental, deve assumir a condução do tema Tecnologia Assistiva visando a promoção da inclusão e dar início a um trabalho único de reconhecimento e fortalecimento de iniciativas que envolvam o tema.

²⁷ Membro Titular do MCT no Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência – CONADE; Membro Titular do MCT no Conselho Nacional dos Direitos do Idoso – CNDI.

²⁸ Secretário da Ciência e Tecnologia para Inclusão Social – SECIS do MCT.

²⁹ Informação disponível em: <www.assistiva.org.br>. Acesso em: 12 out. 2012.

Em agosto de 2007, o Comitê de Ajudas Técnicas CAT/ SEDH / PR aprovou o termo Tecnologia Assistiva como sendo o mais adequado e passa a utilizá-lo em toda a documentação legal por ele produzida. Desta forma, estimula que o termo tecnologia assistiva seja aplicado também nas formações de recursos humanos, nas pesquisas e referenciais teóricos brasileiros.

A aprovação no Comitê de Ajudas Técnicas (CAT) para a oficialização do termo tecnologia assistiva leva em conta a ausência de consenso sobre a diferença conceitual entre os vários termos pesquisados no referencial internacional. Considerou-se ainda a tendência nacional já firmada no meio acadêmico, nas organizações de pessoas com deficiência, em setores governamentais (MEC, MCT, CNPq), Institutos de Pesquisas (ITS) e no mercado de produtos. Justifica que TA por ser um termo criado para representar um conceito específico nos remete diretamente à compreensão deste conceito e se solidifica.

O CAT propõe ainda que as expressões "tecnologia assistiva" e "ajudas técnicas", neste momento, continuem sendo entendidas como sinônimos, pois em nossa legislação oficial ainda consta o termo ajudas técnicas. Foi sugerido ainda que se façam os possíveis encaminhamentos para revisão da nomenclatura em instrumentos legais. Como última proposta o CAT aprova que a expressão tecnologia assistiva seja utilizada no singular e não no plural, por referir-se a uma área de conhecimento.

A tecnologia é aplicada na educação com o objetivo de facilitar a interação e participação de todos de forma igualitária. A tecnologia também auxilia na construção da autonomia das PNEs.

Estamos vivenciando a Sociedade do Conhecimento, composta pela informática, informação digital e pela internet. É sabido que o mundo digital não é para todos. Porém, muito já foi feito a este respeito. A partir da lei de direito à informação que inclui o digital, programas e softwares foram criados para tornar este mundo on-line mais inclusivo. Os livros digitais entraram nos lares através dos computadores.

O site do Instituto Benjamin Constant disponibiliza para downloads vários programas para computadores projetados para uso exclusivo dos deficientes visuais. São eles: *Monet (versão 1.0)*; *Braille Fácil (versão 3.4)*; *Braille Fácil (Versão*

2.8); *Braille Fácil (Versão 1.4)*; *Dosvox (Versão 4.1 completo)*; *Dosvox (atualização de Dosvox 4.0 para 4.1)*; *Dosvox (Dosvox 4.1 básico para Windows)*; *Dosvox (Versão 3.1a)* e *MecDaisy*.

5.2.1 Audiolivro

A Lei Federal Nº 10753, ou Lei do Livro, de 30 de outubro de 2003, institui a Política Nacional do Livro (PNL), cujas diretrizes em destaque são: “assegurar ao cidadão o pleno exercício do direito de acesso e uso do livro; promover e incentivar o hábito da leitura e assegurar às pessoas com deficiência visual o acesso à leitura.”

Conforme a Política Nacional do Livro temos o seguinte discurso:

[...] o livro é o meio principal e insubstituível da difusão da cultura e transmissão do conhecimento, do fomento à pesquisa social e científica, da conservação do patrimônio nacional, da transformação e aperfeiçoamento social e da melhoria da qualidade de vida. (BRASIL, 2006)³⁰

A Lei Federal Nº 10753, também trás outros formatos que equiparam aos livros tradicionais, mas o que nos interessa aqui são os livros em meio digital, magnéticos e ópticos, muito utilizados pelos deficientes visuais.

A Lei de Direito Autoral, ou Lei Federal Nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, proíbe a reprodução de livros na íntegra. No entanto, no capítulo IV, das limitações aos Direitos Autorais, Artigo 46 apresenta o seguinte:

Não constitui ofensa aos direitos autorais: a reprodução de obras literárias, artísticas ou científicas para uso exclusivo de deficientes visuais, sempre que a reprodução, sem fins comerciais, seja feita mediante o sistema Braille ou outro procedimento em qualquer suporte para esses destinatários. (BRASIL, 1998)³¹

³⁰ Documento eletrônico. Disponível em: < http://www.amigosdolivro.com.br/materias.php?cd_secao=586&codant=&friurl= >. Acesso em: 19 out. 2012.

³¹ Documento eletrônico Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9610.htm >. Acesso em: 19 out. 2012.

O audiolivro tem o objetivo de transformar o que está escrito em som gravado e passível de manipulação pelo usuário de uma biblioteca, por exemplo. É um livro de conteúdo igual ao que encontramos impresso, mas o formato é em áudio, gravação em CD, DVD, MP3 ou gravados em fitas magnéticas, todos com voz humana ou robótica através de softwares específicos para este fim. Estes livros já se encontram no comércio livreiro e os infantis se apresentam com uma pitada de dramatização para encantar o público infantil. São encontrados em formato MP3 para *downloads* em inúmeros sites, na busca podem se apresentar como *áudio books*.

Através da consulta ou pesquisa bibliográfica em bases de dados e *blogs* também foi possível encontrar alguns trabalhos voluntários neste sentido, é o caso da Audioteca SAL & LUZ que é uma instituição filantrópica, sem fins lucrativos, que produz e empresta livros falados (audiolivros) para deficientes visuais, em todo o território nacional, de forma gratuita.

O site “*Ambling Books*” divulgou em sua abertura o seguinte texto: “*Audiobooks* são a maneira perfeita para otimizar seu tempo e tornar seu dia mais produtivo desfrutando de livros enquanto sua agenda está lotada. Com *audiobooks Ambling* você baixa, ouve de forma fácil e acessível.³²” E, trazendo um exemplo nacional temos o site “Universidade Falada AUDIOLIVROS³³”, esse site tem uma lista de mais ou menos 800 títulos contemplando a várias categorias, inclusive de cursos de idiomas como o alemão, em CD ou MP3.

Além das pessoas com deficiência visual, muitas outras também podem se beneficiar, como os idosos, pessoas com dislexia ou até mesmo quem não dispõe de tempo para leitura, podendo escutar no carro, no ônibus, enfim, aproveitando o tempo em que se desloca.

5.2.2 Audiodescrição

Schwartz (2012, p.136) é audiodescritora profissional e conceitua audiodescrição: “Audiodescrever é dizer o que você está vendo” A aparente

³² Informação disponível em:< <http://amblingbooks.com> >. Acesso em: 08 nov. 2012.

³³ Informação disponível em:< <http://www.universidadefalada.com.br> >. Acesso em: 08 nov. 2012.

simplicidade da definição não revela as dificuldades que ela representa no que se refere à formação de profissionais capacitados para o exercício desta função.

A audiodescrição também é um recurso de acessibilidade que torna produtos audiovisuais acessíveis. O trabalho em si consiste em narrar todas as imagens de um filme, de uma peça de teatro, de um programa de TV, das ilustrações de um livro, de qualquer situação em que há imagens. Essas imagens ao serem visualizadas pelo audiodescritor são traduzidas em palavras para que as pessoas, que não podem ver, possam ter acesso ao conteúdo integral do produto.

A tarefa de audiodescrever imagens apesar de parecer algo muito simples exige um esforço físico grande, pois o domínio, controle da voz e respiração é que determinarão a finalização e o sucesso do resultado. Há, às vezes, a necessidade de se repetir as gravações. A pessoa que executa este tipo de trabalho deverá ser paciente, bem informada, culta, pesquisadora nata e muitas vezes ter bom senso para tomar decisões rápidas.

A descrição de uma imagem envolve uma série de escolhas. Cabe ao audiodescritor tanto a decisão quanto a responsabilidade. Porém, quais são os parâmetros que determinam estas escolhas? É preciso descrever com objetividade, tendo o cuidado de não interferir na interpretação da imagem, sem omitir nenhum dos elementos que conduzem à sua percepção. É preciso levar em consideração, em cada caso, as características específicas do público receptor: trata-se de cegos ou videntes, crianças, adultos ou idosos, pessoas com dificuldade de aprendizagem ou com deficiência intelectual, leigos ou especialistas, alunos do ensino médio ou universitários? Cada um desses grupos, usuários em potencial dos serviços de audiodescrição, merece um tratamento diferenciado em termos de vocabulário, construção e narração. (SCHWARTZ, 2012, P.136)

Há poucos profissionais atuando no Brasil, mas esta prática está se expandindo e tornando-se mais comum. O começo desta prática foi a partir do cinema. Muitos filmes, curtas, peças de teatro, eventos, etc., sendo audiodescritos para chegar ao consumidor. A audiodescrição necessita de roteiros como os do cinema.

A função de roteirista³⁴ é muito útil para audiodescrever, pois trabalha as descrições de imagens cinematográficas de acordo e em tempo necessário para não interferir no som original do filme ou espetáculo. Pode-se dizer que hoje a audiodescrição está ocorrendo de uma forma muito comercial, visando lucro. Todavia, são indiscutíveis, os benefícios deste trabalho, ou melhor, deste recurso para as pessoas com limitações visuais.

Como já foi dito, a audiodescrição é incipiente no Brasil, mas futuramente poderá chegar a um nível de uso e popularização comparável a Língua de Sinais.

5.2.3 Braille

Algumas palavras trazem consigo significados que influenciam julgamentos. A palavra “deficiente”, por exemplo, tem um significado forte, pois ela é o antônimo de eficiente. Segundo Houaiss (2004, p.44): “Deficiente é o que ou quem apresenta deformação física ou insuficiência de uma função física ou mental.” Ou seja, o deficiente é visto como não capaz. É um rótulo que enfatiza a limitação e este rótulo ainda é usado nos instrumentos públicos, como, por exemplo, o IBGE.

Masini (1993) apresenta a deficiência visual como uma expressão que se refere ao espectro que vai da cegueira até a visão subnormal. A visão subnormal, ou baixa visão é a alteração da capacidade funcional decorrente de fatores como rebaixamento da acuidade visual e redução importante do campo visual. Para melhor compreender Domingues, Carvalho e Arruda afirmam que:

A baixa visão pode acarretar perda de campo visual e comprometer a visão central ou a periférica. O campo visual corresponde à área total da visão. Quando a perda ocorre no campo visual central, a acuidade visual fica diminuída, e a visão de cores pode ser afetada com possíveis alterações de sensibilidade ao contraste e dificuldade para ler e reconhecer pessoas. Nesse caso, é recomendável o aumento de contraste e o controle de iluminação. (DOMINGUES; CARVALHO; ARRUDA, 2010, p.9).

Segundo Masini (1993) entre os extremos da capacidade visual estão as patologias: miopia, estrabismo, astigmatismo, ambliopia, hipermetropia, que não

³⁴ Um roteirista escreve o roteiro. Trabalha, de modo geral, com o diretor. Traduz cinematograficamente o argumento. Um roteiro analisa minuciosamente questões relacionadas ao tempo e execução de cada cena. (CUNHA, 1980, p. 60).

constituem necessariamente deficiência visual, porém, interferem no processo de desenvolvimento humano se não tratado em tempo. Isso, porque a visão é o canal mais importante de relacionamento do indivíduo com o mundo exterior, pois que permite a organização de informações, em nível cerebral, trazidas pelos outros órgãos dos sentidos.

No entanto, à medida que se tem contato ou se convive com pessoas deficientes visuais constatamos que elas são capazes de serem autônoma na maioria das atividades, além de serem extremamente hábeis em alguma específica. Em se tratando da relação dessas pessoas com as unidades de informações, como todos, se beneficiam dos serviços, quando a frequentam regularmente. Eles utilizam as informações obtidas em pesquisas realizadas no acervo disponibilizado pela biblioteca, museu ou arquivo para tomar decisões, preencher lacunas em seu conhecimento, alcançar objetivos.

Este usuário com deficiência visual é uma pessoa totalmente capaz de acessar com autonomia a informação, desde que respeitemos suas necessidades, tornando os espaços, os meios e os suportes eficientes para servi-lo. Dentro desta perspectiva, a informação deverá se apresentar adequada, pois ele precisa utilizar os demais sistemas sensoriais. Neste caso, a audição terá grande importância para o desenvolvimento e a aprendizagem dos usuários deficientes visuais, conforme afirmação de Espinosa (2004).

Há também as pessoas que dominam o Braille, porém são em número muito pequeno, pois para utilizar este sistema de escrita os deficientes visuais devem receber treinamento específico. O treinamento serve para a estimulação do tato e após são alfabetizados no novo sistema.

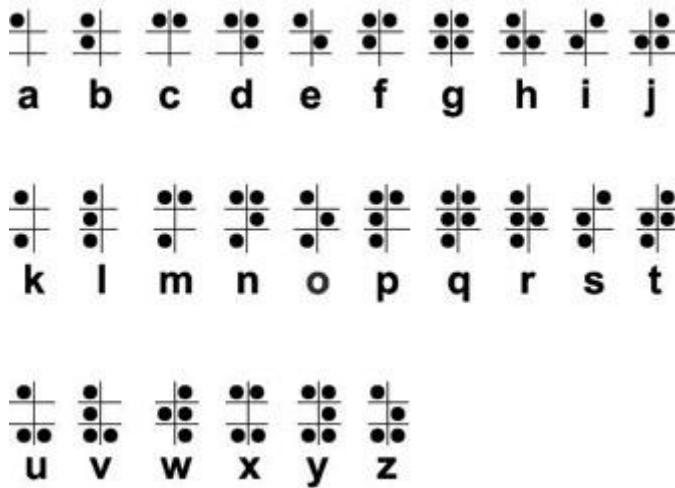
Adoro ler braille, mas admito que a tecnologia informática abriu muitas portas e ampliou muito a quantidade de textos a que temos acesso. Adoro fazer anotações em braille durante as aulas, cursos e congressos. Embora o aprender o braille tenha apresentado um nível grande de dificuldade. (PEREIRA, 2009, p.28).

O Sistema Braille³⁵ é um código universal de leitura tátil e de escrita, usado

³⁵ Informação disponível em:< <http://brailleelibras.hd1.com.br> >. Acesso em: 02 nov.2012.

por pessoas cegas. Foi desenvolvido na França por Louis Braille, um jovem que perdeu a visão aos três anos. Quatro anos depois, ele ingressou no Instituto de Cegos de Paris. Em 1827, então com dezoito anos, tornou-se professor desse Instituto. Ao ouvir falar de um sistema de pontos e buracos inventado por Charles Barbier, um oficial que utilizava o código morse para ler mensagens durante a noite em lugares onde seria perigoso ligar a luz e Luis Braille fez algumas adaptações no sistema de pontos em relevo.

Figura 1 – Alfabeto Braille



Fonte: Disponível em: <<http://marinainterprete.blogspot.com.br>>. Acesso em: 20 out. 2012

Utilizando seis pontos em relevo dispostos em duas colunas, possibilita a formação de 63 símbolos diferentes, usados em literatura nos diversos idiomas, na simbologia matemática e científica, na música e mesmo informática. A partir da invenção do sistema em 1825, seu autor desenvolveu estudos que resultaram em 1837 na proposta que definiu a estrutura básica do sistema, ainda hoje utilizada mundialmente. Por sua eficiência e vasta aplicabilidade, o sistema se impôs como o melhor meio de leitura e de escrita para as pessoas cegas.

Luís Braille morreu de tuberculose, em 1852, ano em que seu método foi oficialmente adotado na Europa e América.

5.2.4 Libras

A Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) é a língua natural utilizada para a comunicação entre as comunidades surdas. A deficiência auditiva, segundo o decreto 3.298, de 20 de dezembro de 1999 é uma "perda parcial ou total das possibilidades auditivas sonoras, variando em graus e níveis".

A deficiência auditiva, conforme Redondo (2001, p. 5) traz muitas limitações para o desenvolvimento do indivíduo. Considerando que a audição é essencial para a construção e elaboração oral da linguagem, sua deficiência influi, a princípio, no relacionamento da mãe com o filho e cria lacunas nos processos psicológicos de integração de experiências, afetando o equilíbrio e a capacidade normal de desenvolvimento da pessoa surda.

LIBRAS é diferente de todos os idiomas já conhecidos, que são orais e auditivos. LIBRAS é uma linguagem completamente visual-gestual, é o corpo basicamente que fala, é uma forma de leitura do gesto e do corpo. Andresa Vaniele Barbosa Pereira³⁶, especialista em educação e Linguagem conta um pouco da história desta língua:

No período de 1500 a 1855, já existiam muitos surdos no país. Nessa época, a educação era precária. Em 1855, ocorreu a vinda ao Brasil de um professor francês surdo, chamado Hurt, e, em 1887, foi fundado o primeiro Instituto Nacional de Surdos Mudos no Rio de Janeiro. No período de 1970 a 1992, os surdos se fortaleceram e reivindicaram os seus direitos. Desde aquela época, as escolas tradicionais existentes no método oral mudaram de filosofia e, até hoje, boa parte delas vêm adotando a comunicação total. (PEREIRA, 2012)³⁷.

Somente em 2002 foi promulgada uma lei que reconhecia a Língua Brasileira de Sinais como meio de comunicação e de ampla utilização das comunidades surdas no Brasil. E em 2005, um decreto foi promulgado tornando obrigatória a

³⁶ Professora de Educação Básica I e Professora de Educação Básica II de Letras graduada pela Faculdade de José Bonifácio. Pós-graduada em Educação inclusiva da pessoa com deficiência auditiva pela Faculdade São Luis e pós-graduação Língua Brasileira de Sinais/Educação Especial pela Faculdade do Noroeste de Minas. Possui experiência na docência no ensino superior nos Cursos de Letras e Pedagogia na Faculdade de José Bonifácio ministrando as disciplinas de Língua Brasileira de Sinais.

³⁷ Documento eletrônico. Disponível em: <<http://meuartigo.brasilecola.com/educacao/lingua-brasileira-sinais.htm>>. Acesso em: 09 nov. 2012.

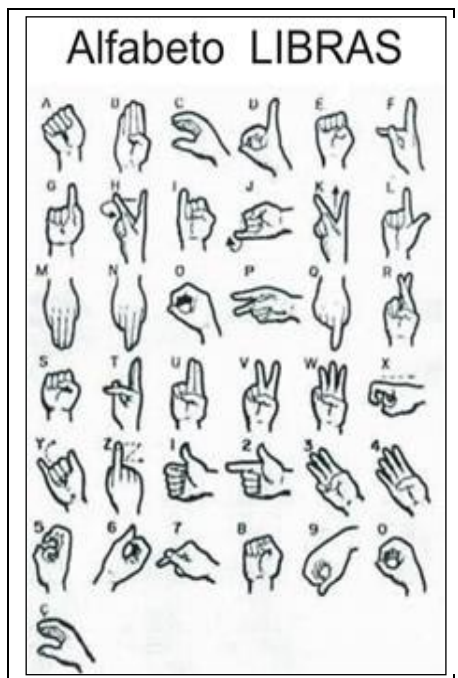
inserção da disciplina nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério em nível médio (curso Normal) e superior (Pedagogia, Educação Especial, Fonoaudiologia e Letras) o que abriu uma enorme brecha para outros cursos de nível superior incluir em seus currículos a disciplina de Libras.

Assim, as instituições de ensino veem procurando se adequar a essa lei e a Língua de Sinais Brasileira recebeu o status de língua pelos níveis linguísticos naturais de qualquer língua: o fonológico, o morfológico, o sintático e o semântico.

Redondo e Carvalho (2001) fazem a seguinte afirmação: “[...] ao ter acesso à língua de sinais e à língua portuguesa, o surdo tem a seu alcance um leque mais amplo de recursos linguísticos, que atendam melhor suas necessidades”.

Apesar da importância que a língua de sinais adquiriu e das leis que a amparam não se modificou a realidade em nível social por causa da falta de conhecimento e interação com os ouvintes. Silvestre (2010) observa que muitos ouvintes ainda pensam que esta língua de sinais é de segunda ordem e não a reconhecem, não possibilitando a veiculação de todos os conceitos e matizes das línguas orais.

Figura 2 – Alfabeto LIBRAS



Fonte: Portal Brasil (2012).

Outros avanços surgiram, a Associação do Jovem Aprendiz (AJA) promove ações para a inclusão das pessoas surdas e para o ensino e divulgação de Libras, por meio da utilização de tecnologias de informação e comunicação. Em parceria com a UNESCO, Ministério da Saúde e Ministério da Justiça, promoveu programas e ações de prevenção de HIV-Aids para pessoas surdas, além da Formação de Agentes Públicos de Direitos Humanos e Defesa dos Direitos das Pessoas Surdas. A AJA, através do seu site Portal Brasil divulgou que o uso de obra em "Libras" pode ter isenção de Direito Autoral:

Câmara - 02/01/2008 - O Projeto de Lei 752/07, do deputado Paulo Pimenta (PT-RS), permite a reprodução, sem pagamento de direitos autorais, de obra literária, científica ou artística destinada aos deficientes auditivos, mediante o uso da Língua Brasileira de Sinais (Libras) e Braille. (PORTAL BRASIL, 2012)³⁸

³⁸ Documento eletrônico. Disponível em: <<http://www.libras.org.br>>. Acesso em: 14 set. 2012.

6 METODOLOGIA

A metodologia, conforme Gil (2008, p.8) é o caminho que se percorre para chegar a determinado fim. O mesmo autor acrescenta que o método científico é “[...] um conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para se atingir o conhecimento.” (GIL, 2008, p. 8). Assim como, para que haja confirmação científica conhecer as operações mentais e técnicas para sua verificação é necessário. Desta forma, a apresentação dos métodos a serem utilizados no estudo é de grande valor para que se certifique da validade do mesmo.

6.1 TIPO DE ESTUDO

Quanto ao tipo de estudo, este se classifica como descritivo, pois analisa as características dos currículos dos cursos de Biblioteconomia das Universidades Federais. Quanto à abordagem é de natureza quanti-qualitativa o que permite refletir sobre os resultados e, assim, ampliar o conhecimento sobre o estado atual dos currículos do curso de Biblioteconomia no que concerne a disposição e oficialização de temas relacionados à acessibilidade. Aponta-se a adequação da abordagem qualitativa à questão investigada, fazendo-se uso das palavras de Richardson (1999, p. 79): “A abordagem qualitativa de um problema, além de ser uma opção do investigador, justifica-se, sobretudo, por ser uma forma adequada para entender a natureza de um fenômeno social.” Acredita-se que tanto o tema ‘a acessibilidade’ quanto o objeto que propicia essa análise ‘o currículo’ são reflexo de estruturas erigidas socialmente.

6.2 OBJETO E UNIVERSO DO ESTUDO

Configuram-se como objeto de estudo da presente pesquisa os currículos, disponibilizados *online*, dos cursos de Biblioteconomia das 24 universidades públicas federais.

6.3 PROCEDIMENTO DE COLETA DE DADOS

Conforme Rudio (2009), “coleta de dados” é a fase do método de pesquisa que visa obter informações da realidade. Deste modo, foi realizada uma pesquisa documental nos *sites* dos cursos de Biblioteconomia das 24 universidades públicas federais visando observar a grade curricular disponível com intuito de encontrar disciplinas que contemplem o tema acessibilidade de maneira direta ou indireta. Segundo (COTANDA *et al.*, 2008, p. 78) “a pesquisa documental permite acessar informações que já foram produzidas por terceiros e podem ser importantes no processo de pesquisa, quando não temos condições de produzir a informação desejada, seja em função do seu custo, ou do volume do empreendimento, ou quando os documentos dizem respeito a épocas ou locais dos quais não temos acesso”.

Inicialmente foram procurados os cursos de Biblioteconomia existentes no Brasil, através da plataforma da Associação Brasileira de Educação e Ciências da Informação (ABECIN)³⁹. Dos 33 cursos existentes, optou-se pela delimitação pelo caráter público e âmbito federal, totalizando uma amostra intencional de 24 universidades.

A escolha dos cursos ocorreu em função de analisar pelo menos uma universidade de cada estado ou região. Por motivos de reestruturação curricular, alguns cursos não disponibilizaram a respectiva grade em seus sites, por esta razão foram excluídos da amostra os que seguem: Universidade Federal do Estado de Piauí (UESPI), Universidade Federal do Paraná (UFPR), Instituto de Ensino Superior Funlec (IESF), Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Universidade Federal do Amazonas UFAM, Universidade Federal do Paraíba (UFPB), Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT).

A amostra intencional final, baseada na disponibilização do currículo online, foi composta pelas seguintes universidades:

³⁹ Documento eletrônico. Disponível em: <<http://www.abecin.org.br/portal/>>. Acesso em: 22 nov. 2012.

Quadro 1 – Universidades que compõem a amostra

Número	Nome	Sigla	Estado	Região
1	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	UFRGS	Rio Grande do Sul	Sul
2	Universidade de Brasília	UnB	Distrito Federal	Centro-Oeste
3	Universidade Federal da Bahia	UFBA	Bahia	Nordeste
4	Universidade Federal do Ceará - Juazeiro	UFC	Juazeiro/Ceará	Nordeste
5	Universidade Federal do Ceará - Fortaleza	UFC	Fortaleza/Ceará	Nordeste
6	Universidade Federal do Rio de Janeiro	UFRJ	Rio de Janeiro	Sudeste
7	Universidade Federal de Goiás	UFG	Goiás	Centro-Oeste
8	Universidade Federal do Espírito Santo	UFES	Espírito Santo	Sudeste
9	Universidade Federal de Minas Gerais	UFMG	Minas Gerais	Sudeste
10	Universidade Federal do Pará	UFPA	Pará	Norte
11	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	UFRN	Rio Grande do Norte	Nordeste

Continua...

Número	Nome	Sigla	Estado	Região
12	Universidade Federal de Santa Catarina	UFSC	Santa Catarina	Sul
13	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	UNIRIO	Rio de Janeiro	Sudeste
14	Universidade Federal de Sergipe	UFS	Sergipe	Nordeste
15	Universidade de São Paulo	USP	São Paulo	Sudeste
16	Universidade Federal de Pernambuco	UFPE	Pernambuco	Nordeste

Fonte: Dados da pesquisa.

6.4 TRATAMENTO DOS DADOS

O tratamento dos dados é o ato de mensurar e qualificar os dados encontrados na prática empírica. No presente estudo, utilizou-se o software Excel para aperfeiçoar as análises e possibilitar a criação de gráficos e tabelas.

Para sustentar a teoria deste estudo, foi realizada uma pesquisa bibliográfica em livros e em artigos científicos, com propósito de identificar o cenário em que os currículos dos cursos de Biblioteconomia estão inseridos e como a temática da acessibilidade é levada ao conhecimento dos alunos em formação para, então, verificar a existência das disciplinas consideradas correlatas ao tema central da acessibilidade: Gestão de Sistemas de Informação, Gestão de Informação, Recuperação da Informação, LIBRAS, Braille e TA. (MORO e ESTABEL, 2012), o que foi encontrado em um número muito pequeno de currículos. Sendo assim consultou-se a grade curricular com o objetivo de identificar evidências de disciplinas cujo título sugeria a temática acessibilidade e ementas que a confirmassem em conteúdo. Desta forma foram analisadas disciplinas obrigatórias e eletivas.

Deste modo, para as análises dos currículos primeiramente realizou-se uma busca nos sites eletrônicos de cada uma das instituições que possuem curso de Biblioteconomia. Destaca-se que algumas Universidades possuem mais de um currículo, nestes casos a análise considerou o currículo mais recente. Assim, a fonte de dados utilizada é de origem documental. Logo após chegar às ementas, ou melhor, a coleta, a análise do conteúdo documental foi utilizada para a formulação dos objetivos propostos pelo estudo.

Assim, dos cursos analisados, 1 apresenta a denominação Biblioteconomia e Documentação (UFBA); o curso da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) denomina-se Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação. Os restantes têm a denominação Biblioteconomia

7 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O presente capítulo apresenta e discute os resultados da pesquisa interpretando-os a luz dos fundamentos teóricos que sustentaram esta monografia.

Inicialmente, foi feita a localização de cada um dos cursos e certificou-se de que ofereciam o curso de Bacharel em Biblioteconomia. A segunda etapa consistiu em verificar quais desses cursos ofereciam disciplinas obrigatórias e/ou eletivas que contemplassem os recursos audíveis: audiolivro e audiodescrição, pois essas temáticas constituíram-se como ponto de partida do presente estudo. Todavia, não foram encontradas disciplinas pontuais neste sentido. Como alternativa, optou-se por não restringir a busca, mas sim, localizar toda e qualquer palavra considerada correlata ao tema da acessibilidade.

Observou-se que com relação aos títulos das disciplinas que, praticamente, não há sugestão de tratamento dessa temática o que direcionou o estudo para além dos títulos, chegando às ementas. Dentre as 16 universidades que compuseram a amostra intencional, pois disponibilizaram seus currículos *online*, 10 disponibilizaram além dos currículos as ementas. São elas: UFRGS, UNB, UFBA, UNIRIO, UFRN, UFSC, UFES, USP, UFPA e UFPE.

Além disso, foram observadas as disciplinas propostas por Moro e Estabel (2012) que sugerem alguns títulos que se adequam ou que poderiam incluir a temática da acessibilidade nos currículos dos cursos de Biblioteconomia. Quais sejam: Gestão de Sistemas de Informação, Gestão da Informação e Usuários da Informação. Também foram escolhidas pela autora as disciplinas de Recuperação da Informação, Língua Brasileira de Sinais e o Braille, importantes no processo de formação do profissional Bibliotecário Inclusivo.

Objetivou-se cotejar os resultados obtidos com o perfil profissional disponibilizado pelos cursos em suas páginas institucionais, pois se acredita que o Bibliotecário deve refletir as opções curriculares institucionalizadas de maneira coerente.

Conforme Moro e Estabel (2012)⁴⁰ “Os currículos dos cursos de Biblioteconomia estão em constante atualização, pois este profissional deverá estar

⁴⁰ Documento Eletrônico

preparado e sensibilizado, assim como ter competência para atuar na diversidade.”

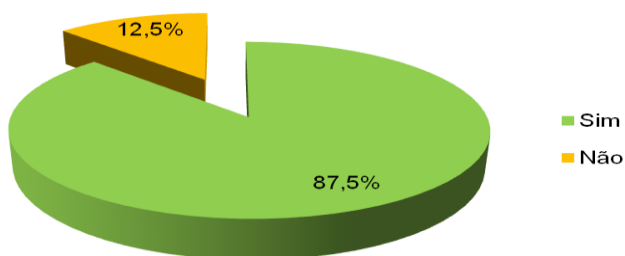
Dentro desta perspectiva, os currículos devem acompanhar os avanços da sugeridos pela Sociedade do Conhecimento, na qual, as TICs são peças fundamentais na estruturação do saber. As autoras entendem que a formação do Bibliotecário Inclusivo e adaptado às novas exigências dessa sociedade perpassa pela correta formação acadêmica. Esse profissional deverá conhecer as possibilidades de aprendizagem e assumir a função de mediador no processo de inclusão e de acessibilidade das PNEs, seja na biblioteca, nas redes sociais ou na sociedade.

Para a concretização de um currículo é necessário que se compreenda questões relacionadas às atividades desenvolvidas pelo ser humano. O entendimento da atividade humana colabora com a concretização de um currículo centrado na pessoa, no ser humano. Desta forma, no contexto da pesquisa, entender as atividades do professor, do aluno e dos demais sujeitos que interagem na Universidade ou escola. (VASCONCELLOS, 2009, p.45).

Desta forma, os cursos de Biblioteconomia do país devem discutir seus currículos e adaptá-los ao contexto da temática da acessibilidade. Oportunizando discussões como processo de adequação e conscientização, criando novas disciplinas e dividindo experiências.

Muitas vezes, não damos a devida importância para a convergência entre formação e informação para acontecer a democratização do processo social e cultural das diferentes dicotomias existentes nos extratos socioeconômicos ou não sabemos dela. Como formar, sem informar? Como informar o cidadão sem capacitá-lo a inserir-se no mundo globalizado e tecnológico sem integrá-lo às constantes mudanças? É possível fingir que se está informando e fingir que se está sendo informado? Esses questionamentos idealizam que o profissional da informação tem um papel fundamental para interagir nesse quadro. Assim, as palavras poderão sair do papel, concretizando a inserção do indivíduo na sociedade, por meio da leitura, da escrita e da tecnologia, fazendo com que diminua o quadro de exclusão social, cultural, educacional e digital. (BARROS, 2005, p.69).

O gráfico 1 apresenta o percentual das universidades que contemplam de alguma maneira a temática da acessibilidade em seus currículos.

Gráfico 1 – Temática acessibilidade no currículo

Fonte: dados da pesquisa

Considera-se positivo o fato de que das 16 universidades analisadas, 14 apresentaram alguma disciplina versando sobre acessibilidade. Isso depõe a favor do curso de Biblioteconomia como formador de profissionais adequados às exigências, não só do mundo do trabalho, mas também da sociedade civil. A seguir foram essas instituições foram pormenorizadas.

7.1 UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (UFRGS)

Segundo o site da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS o bacharel em Biblioteconomia apresenta como suas principais atribuições: “O planejamento, implantação e implementação de unidades, sistemas e serviços de informação e documentação, bancos e bases de dados; promovendo o acesso às fontes de informação sob diferentes suportes; difundindo a importância da leitura e os benefícios do uso da informação; acolhendo e orientando o usuário para a leitura, a pesquisa e a produção textual.” (FABICO, 2012)⁴¹ Considera-se que para tanto, o Bibliotecário deverá estar adaptado a realidade e exigências de seus usuários. Não se pode crer em um profissional atualizado que não consiga disponibilizar o acesso à informação de maneira democrática.

A contribuição da UFRGS, para o tema acessibilidade, ficou perceptível em seu currículo. Embora, muitas das disciplinas ainda estejam sob o caráter eletivo, a Universidade corrobora para a formação do Bibliotecário preocupado com a inclusão

⁴¹ Faculdade De Biblioteconomia e Comunicação (FABICO). Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/fabico/ensino/biblioteconomia>> Acesso em: 07 nov. 2012.

social. O Curso pensa um profissional capaz de facilitar processos de apropriação informacional, independentemente das limitações do usuário. (MORO; ESTABEL, 2012). O curso de Biblioteconomia da UFRGS oferece as seguintes disciplinas (ver Quadro 2).

Quadro 2 – Disciplinas UFRGS

Disciplina	Ementa	Caráter
Gestão de Ambientes em unidades de informação	Ergonomia, acessibilidade e condicionantes ambientais. Organização, preservação, controle e segurança. Gestão de ambientes em unidades de informação.	Obrigatória
Leitura, Biblioteconomia e Inclusão Social	A promoção da leitura, como parte do fazer biblioteconômico no processo de inclusão social do indivíduo.	Obrigatória
Gestão de Sistemas de Informação	Fluxos e processos de trabalho em serviços de informação. Informatização em unidades de informação. Controle e avaliação de serviços de informação.	Eletiva
Linguagem Brasileira de Sinais (LIBRAS).	Aspectos linguísticos da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). História das comunidades surdas, da cultura e das identidades surdas. Ensino básico da LIBRAS. Políticas linguísticas e educacionais para surdos.	Eletiva
LIBRAS 2	Estudos das línguas de sinais usadas nas comunidades surdas. Produções culturais de/para pessoas surdas. Noções de tempo e espaço na LIBRAS.	Eletiva

Fonte: dados da pesquisa.

Segundo Moro e Estabel (2012), em 2011/2 e 2012/1, foi oferecida a disciplina de Tópicos Avançados em Gestão de Sistemas de Informação que tratou sobre a temática da acessibilidade do ponto de vista do currículo do Curso de Biblioteconomia. Cabe acrescentar que estas iniciativas são muito relevantes para alterar a realidade dos currículos diante da importância da abordagem desse tema.

No mesmo período, realizou-se o Curso de Extensão e Acessibilidade para Todos I e II, que procurou discutir o gerir e o gerar ações de acesso e uso da informação e das TICs para promoção da acessibilidade em Bibliotecas. Esse curso teve como público-alvo os alunos de Graduação em Biblioteconomia da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS, os alunos do Técnico em Biblioteconomia do IFRS, mas também abriu espaço para a comunidade em geral.

Além disso, uma disciplina foi aprovada para integrar a grade curricular do curso de Biblioteconomia em 2013/1 cujo título será: Informação e Acessibilidade em Bibliotecas para Pessoas com Necessidades Especiais. (MORO; ESTABEL, 2012).

7.2 UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UNB)

A UNB apresenta o Bibliotecário como:

[...] mais do que um guardião de livros e documentos, o bacharel em biblioteconomia é, hoje, um agente de **democratização do acesso à informação**. A imagem estereotipada do bibliotecário ranzinza que vive cercado por uma montanha de publicações empoeiradas, felizmente, não existe mais. O profissional que trabalha nessa área deve ser receptivo, organizado e atento aos avanços tecnológicos. A ideia é fornecer as informações que os usuários precisam com eficiência máxima. (UNB, 2012, grifo nosso)⁴².

As disciplinas oferecidas relacionadas à acessibilidade (ver Quadro 3).

Quadro 3 – Disciplinas UNB

Disciplina	Ementa	Caráter
LIBRAS	Introdução: aspectos clínicos, educacionais e sócio-antropológicos da surdez. A Língua de Sinais Brasileira - Libras: noções básicas de fonologia, de morfologia e de sintaxe. Estudos do léxico da Libras. Noções de variação. Praticar Libras.	Eletiva

Fonte: dados da pesquisa

⁴² Informação disponível em: <http://www.cid.unb.br/m001/M0011000.asp?txtID_PRINCIPAL=24>. Acesso em: 24 out. 2012.

Constatou-se que a realidade observada no currículo da UnB não está de acordo com o perfil profissional proposto pelo curso, pois apresenta somente a disciplina de LIBRAS de caráter eletivo como espaço para discutir o tema da acessibilidade. O curso reforça o caráter social da Biblioteconomia, mas infelizmente, só no plano do discurso, sem adequar sua visão inovadora ao currículo.

Assim, os alunos preparam-se para criar novas formas de acesso à informação e ampliar as já existentes. [...] as reformulações curriculares têm sido constantes com o objetivo de construir um currículo em sintonia com os acontecimentos sociais, políticos, históricos e científicos do país. (UNB, 2012)⁴³

Ao se propor a formar bibliotecários preocupados com a democratização do acesso à informação, a UnB comprometeu-se em abranger e disponibilizar informação, de maneira irrestrita, a qualquer indivíduo, independentemente, de suas limitações. A sociedade do conhecimento tem na informação o seu principal capital, por esse motivo não se pode pensar em um profissional da informação qualificado para lidar com arranjos informacionais, com informações científicas, mas que não esteja habilitado a trabalhar com as diferenças.

7.3 UFC – JUAZEIRO E FORTALEZA

A Universidade Federal do Ceará é situada em Fortaleza e Juazeiro. Ambas oferecem o Curso de Biblioteconomia, porém não disponibilizam informações sobre o perfil deste profissional. Ao analisar os respectivos currículos, encontraram-se somente as seguintes disciplinas: LIBRAS e Recuperação da Informação. Em ambos os cursos não há a descrição de ementas *online*.

7.4 UNIRIO

A UNIRIO apresenta um pouco da história do Curso de Biblioteconomia e o seguinte texto é importante para este estudo:

⁴³ Informação disponível em: < http://www.cid.unb.br/m001/M0011000.asp?txtID_PRINCIPAL=24 >. Acesso em: 24 out. 2012.

Em 1944, os Cursos foram reformulados, objetivando a formação de bibliotecários para quaisquer tipos de bibliotecas. Na década de 1960, atendendo as exigências da Documentação Científica, o Curso ampliou seu currículo e foi reconhecido como formação em nível superior conforme o Decreto n. 550, de 1 de fevereiro de 1962. O Curso de Biblioteconomia da UNIRIO, aliando tradição e inovação, vem redefinindo objetivos que se refletem em ações de ensino, Pesquisa e Extensão e de **permanente atualização curricular, com ênfase humanística**. (UNIRIO, 2012, grifo nosso)⁴⁴

No quadro abaixo as disciplinas relacionadas à temática da acessibilidade dessa Universidade.

Quadro 4 – Disciplinas UNIRIO

Disciplina	Ementa	Caráter
Recuperação da Informação	Sistema de Recuperação de Informação. Subsistemas de saída: negociação de questões, estratégia de busca, recuperação e disseminação da informação. Utilização das novas tecnologias para a recuperação e disseminação da informação. Serviços de recuperação e disseminação da informação. Avaliação dos Subsistemas de saída.	Obrigatória
Biblioteconomia Especial	Fundamentos da Biblioteconomia Especial, em vistas do planejamento, organização e administração de bibliotecas especiais, inclusivas, de modo a garantir a acessibilidade e usabilidade por Portadores de Necessidades Especiais (PNEs), alicerçados nos direitos fundamentais da pessoa humana.	Obrigatória

Continua...

⁴⁴

Informação disponível em: <<http://www.unirio.br/default.aspx>>. Acesso em: 24 out. 2012.

Disciplina	Ementa	Caráter
Educação Especial	Definições de conceitos de desvio, deficiência, diferença, normalidade. Dimensões históricas, culturais, culturais e valores vigentes. Complexidade da educação especial reflexo das contradições sociais. Modelos e paradigmas na trajetória da educação especial. Da segregação, integração à inclusão	Eletiva
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais e suas singularidades linguísticas. Vivência da Libras a partir do contato direto com um professor surdo. Implicações do Decreto nº 5.526 para a prática escolar e formação do professor	Eletiva

Fonte: dados da pesquisa

Quando a UNIRIO afirma aliar tradição e inovação em seus objetivos e permanência na atualização com ênfase humanística se compromete a manter o que é importante e levar para dentro do curso questões atuais e relevantes para a sociedade. Ela cumpre com o papel institucional no que é relativo a temática acessibilidade e serve de exemplo para as outras instituições quanto a iniciativa de criar disciplinas especiais como 'Biblioteconomia Especial' e 'Educação Especial' que apresenta propostas bem definidas de inclusão. Estas disciplinas pretendem formar o 'Bibliotecário Inclusivo', formado para as Bibliotecas Especiais. Entretanto, todas as bibliotecas não são especiais? Acredita-se que essas instituições devam estar adequadas para atender a todo tipo de usuário, independentemente de suas limitações.

7.5 UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE (UFRN)

O Departamento de Biblioteconomia da UFRN foi criado em 1996. O Curso apresenta uma

[...] proposta educacional pautada no equilíbrio entre o humanismo versus tecnologia, com o objetivo de formar um profissional capaz de interagir no processo de transferência da informação, da geração ao

uso, buscando a melhoria de qualidade de vida no desenvolvimento sócio – cultural [...] É um profissional reconhecido como agente da informação, podendo administrá-la e disseminá-la, usando avançados métodos e técnicas. Está qualificado a acompanhar e a apoiar o desenvolvimento científico e tecnológico através de ações diversas e **participando do processo educacional do indivíduo enquanto cidadão**. (UFRN, 2012, grifo nosso)⁴⁵

Embora, o perfil profissional esteja alinhado às novas perspectivas de inclusão e formação educativa dos cidadãos a única disciplina encontrada foi LIBRAS. (ver Quadro 5).

Quadro 5 – Disciplina UFRN

Disciplina	Ementa	Caráter
LIBRAS	Conteúdos gerais para a comunicação básica com surdos utilizando a língua da modalidade visual e gestual da Comunidade Surda: Língua Brasileira de Sinais - Libras. Vocabulário inicial para uso da Libras no contexto escolar visando a comunicação bilíngue	Eletiva

Fonte: dados da pesquisa

O fato de a instituição apresentar somente LIBRAS e não haver coerência com o perfil do profissional traz à tona a questão da democracia, pois vivemos em uma sociedade plural. Dentro desta perspectiva, é preciso respeitar os diferentes grupos que a constituem.

7.6 UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC)

A missão do Curso de Biblioteconomia da UFSC é: “Capacitar profissionais capazes de refletir sobre a realidade e reconstruir o conhecimento com vistas o progresso humano, tendo como referência as competências fundamentais da Biblioteconomia”. O curso elenca como objetivo geral:

⁴⁵ Informação disponível em: <<http://sol.ccsa.ufrn.br/ccsa/areas/biblio/biblioteconomia/gracur.htm>>. Acesso em: 10 out. 2012.

formar Bibliotecários com uma visão crítica da sociedade capazes de atuar como profissionais da informação imbuídos do **compromisso com a gestão da informação e sua disseminação e com consciência do seu papel social na eliminação de barreiras de acesso à informação seja de natureza política, tecnológica, econômica, educacional, social, cultural e recreativa.** (UFSC, 2012, grifo nosso)⁴⁶

Ao mencionar eliminação de barreiras de acesso à informação a UFSC afirma o importante papel do profissional Bibliotecário de mediador da informação e promotor das ações sociais. Observou-se que em todos os textos apresentados pelos sites das universidades como descritores deste profissional aponta esse papel social.

Quadro 6 – Disciplina UFSC

Disciplina	Ementa	Caráter
Informação e Cidadania	Trata do Estado e da garantia dos direitos do cidadão e da coletividade à informação e comunicação	Obrigatória

Fonte: dados da pesquisa

A cidadania e a inclusão convergem para a educação implicando em valores e práticas sociais para tornar efetiva a participação de todos no que é de direito e público. É importante ressaltar que o acesso ao conhecimento é primordial para garantir a cidadania. No Estatuto da Pessoa com Deficiência decretado pelo Congresso Nacional, no Livro I, Capítulo IV, Do Direito à Educação, Seção III, Da Educação Superior, Art. 42, pode-se ler:

As instituições de ensino superior, públicas e privadas, deverão prover os meios necessários para o atendimento educacional especializado, a acessibilidade física e de comunicação e, ainda, recursos didáticos e pedagógicos, tempo adicional e flexibilização de atividades e avaliações, de modo a atender às peculiaridades e necessidades dos alunos com deficiência. (PAIM, 2007, p.23)

⁴⁶ Informação disponível em: <<http://dptcin.paginas.ufsc.br/curso-de-graduacao-em-biblioteconomia/>>. Acesso em: 17 out. 2012.

Apesar de todo o aparato de leis existentes percebe-se que as mesmas não são cobradas por desconhecimento, o que dificulta a vida das PNEs dentro das instituições de ensino.

O ensino de LIBRAS nessa universidade é bastante complexo. No caso específico do curso de Biblioteconomia, são oferecidas três disciplinas de caráter eletivo. Quais sejam: LIBRAS EAD, LIBRAS Presencial e LIBRAS Extracurricular. As ementas não foram disponibilizadas online. Considerou-se importante descrever o projeto que oferece além das disciplinas, os cursos de capacitação em Libras e Libras internacional.

Os alunos dos cursos participam do projeto 'ASL E LIBRAS' que surgiu para suprir a demanda por professores de línguas de sinais, intérpretes e tradutores. O projeto é realizado tanto no Brasil como nos EUA. Os países trocam experiências no desenvolvimento dos currículos na área de Línguas de Sinais, Interpretação e Estudos Surdos. A University Gallaudet é especializada em pesquisas dessa língua e nas comunidades surdas. As trocas de experiências acontecem nos cursos EAD e as universidades têm um elevado número de alunos nesta categoria.

O projeto tem como objetivos:

- a) desenvolvimento de acordos sustentáveis sobre o reconhecimento mútuo e a validação de créditos acadêmicos entre a GU, KCC, UFSC e UFC;
- b) desenvolvimento de currículo compartilhado e sustentável entre as quatro instituições;
- c) aquisição de linguagem e exposição nas culturas das comunidades surdas nos Estados Unidos e Brasil, especificamente na Língua Americana de Sinais (ASL) e Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS);
- d) desenvolvimento de estágios de alunos ou outras experiências relacionadas ao trabalho em conjunto com as associações profissionais e escolas servindo as comunidades Surdas de cada país;
- e) no âmbito nacional Registro de Intérpretes para os Surdos e Escola Havaiana para os Surdos e Cegos nos Estados Unidos, e a Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos e o Instituto Federal de Santa Catarina no Brasil;
- f) desenvolvimento de cooperação sustentável e intercâmbio entre os acadêmicos nas instituições dos Estados Unidos e do Brasil em uma variedade de áreas, incluindo a troca de currículo online e a

colaboração de um sítio internacional em Lingüística de Sinais”.
(UFSC,2012)⁴⁷

A UFSC também oferece bacharelado em Libras e Licenciatura e o projeto acima tem a participação da Universidade Federal do Ceará (UFC) – Fortaleza, coordenado por Dra. Vanda Magalhães Leitão.

7.7 UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (UFES)

A UFES não divulga a descrição dos cursos, perfil ou atribuições. Oferece a seguinte disciplina que apesar do título não sugerir a temática acessibilidade a ementa demonstra o contrário.

Quadro 7 – Disciplina UFES

Disciplina	Ementa	Caráter
Tópicos Especiais em Biblioteconomia II	Informação em Ciência e Tecnologia. Direito e acesso à informação científica e tecnológica e as políticas públicas de informação e comunicação no Brasil. Transferência de tecnologia. Informação para o setor produtivo. Informação e produtividade	Eletiva

Fonte: dados da pesquisa

As TICs estão dentro de um processo transitório em relação à educação. Muitos conceitos já mudaram, por exemplo, de espaço e de tempo. A navegação na *web* permitiu grandes transformações culturais. O que se espera é que essas transformações sejam acompanhadas pela inclusão.

7.8 UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)

A UFPA não disponibiliza em seu site o perfil do profissional Bibliotecário e a descrição do Curso. Mas em sua grade curricular foram encontradas as seguintes disciplinas dentro da temática do estudo:

⁴⁷ Informação disponível em: <http://dptcin.paginas.ufsc.br/curso-de-graduacao-em-biblioteconomia/> >. Acesso em: 17 out. 2012.

Quadro 8 – Disciplina UFPA

Disciplina	Ementa	Caráter
Mediação e Uso da Informação	Serviço de referência e mediação da informação em diferentes tipos de Biblioteca. Os conceitos de usabilidade e acessibilidade no contexto do uso da informação. Aspectos psicológicos relacionados ao uso de informação em meio analógico e eletrônico. Promoção do uso de serviços de informação. O impacto tecnológico nos processos de recuperação da informação. Critérios de avaliação de fontes de informação na Internet. Orientação à pesquisa em Bibliotecas e serviços de informação. Treinamento de usuários de serviços de informação. Serviços de extensão bibliotecária. As leis da Biblioteconomia.	Obrigatória

Fonte: dados da pesquisa

As universidades estão abertas para receber os estudantes com deficiência, mas não é o bastante para garantir que eles aprendam. A aprendizagem deve vir a partir de professores bem preparados e qualificados para com os alunos que são únicos e por serem únicos são diferentes.

É a partir da igualdade que percebemos as diferenças. Quando se fala em direito à Educação compreende-se que é direito ao acesso, à permanência e à apropriação de espaço, de conteúdos e de informação. Os desafios parecem ser enormes. No entanto, há muitas iniciativas que reforçam o desejo de uma Universidade inclusiva, por exemplo, o projeto Incluir que proporciona às PNEs da UFRGS adequação do acervo.

7.9 UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (UFPE)

O Curso de Biblioteconomia da UFPE tem por objetivo: “Formar profissionais capacitados para atuar na organização e gestão da informação, a partir da compreensão crítica do valor social, econômico, tecnológico, político e cultural do

conhecimento.” (UFPE, 2012)⁴⁸ O Curso descreve:

O ciclo de transferência da informação na sociedade, as necessidades e o comportamento das pessoas em relação à informação, a maneira como a informação é produzida e assimilada, as técnicas e os procedimentos para controle, tratamento, organização e disseminação da informação registrada em diferentes suportes, além da base tecnológica necessária para lidar com recursos digitais. Atua também em frentes distintas: identifica e atende as demandas de usuários através de acesso aos recursos de informação; seleciona, adquire e processa tecnicamente acervos em todos os tipos de suporte (papel e similares, magnético, óptico, digital) visando armazenamento, recuperação, disseminação e preservação. (UFPE, 2012)⁴⁹

O Colegiado do Curso de Biblioteconomia possui competências para deliberar a respeito de cada uma e do conjunto de disciplinas que são essenciais para a vida acadêmica da instituição, sendo, pois, responsável pelas atividades sistemáticas de oferta, regulamentação e acompanhamento das disciplinas oferecidas pelo curso, bem como pela verificação da situação dos alunos.

A UFPE disponibiliza em seu site o seguinte texto:

O curso prepara profissionais para preservar, divulgar e gerenciar recursos informacionais encontrados em diversos níveis e suportes com vistas ao atendimento de segmentos da sociedade, contribuindo para o avanço científico-tecnológico e desenvolvimento social do país. Com o crescimento do valor da informação na sociedade contemporânea, o campo profissional tem-se ampliado. (UFPE, 2012).

A UFPE é uma das universidades que está comprometida com a temática da acessibilidade. Suas disciplinas apresentam ementas que afirmam a intenção de incluir, ou melhor, de preparar o profissional Bibliotecário à inclusão.

⁴⁸ Informação disponível em:
<http://www.ufpe.br/proacad/index.php?option=com_content&view=article&id=108&Itemid=138>.
Acesso em: 17 out. 2012.

⁴⁹ Idem.

Quadro 9 – Disciplinas UFPE

Disciplina	Ementa	Caráter
Informação e sociedade	O fenômeno informação na sociedade contemporânea. Cultura digital e informação na sociedade brasileira. Informação e cidadania. Inclusão digital. Inclusão social e democratização da informação	Obrigatória
Introdução a LIBRAS	Reflexão sobre os aspectos históricos da inclusão das pessoas surdas na sociedade em geral e na escola; A libras como língua de comunicação social em contexto de comunicação entre pessoas surdas e como segunda língua. Estrutura linguística e gramatical de Libras. Especificidades da escrita do aluno surdo na produção de texto em português. O intérprete e a interpretação como fator inclusão e acesso educacional para os alunos surdos ou com baixa audição.	Eletiva
Usuário da Informação	O paradigma do uso da informação. Estudo do perfil do usuário. Segmentação de usuários. Indicadores informétricos. Identificação das necessidades dos usuários. Indicadores de satisfação do usuário e de indicadores de desempenho dos sistemas informacionais. Técnicas de análise de resultados.	Obrigatória

Fonte: dados da pesquisa

7.10 UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)

A UFMG em seu site apresenta o objetivo do Curso de Biblioteconomia:

“Tem por objetivo formar profissionais capacitados para atuar na organização e gestão da informação, a partir da compreensão crítica do valor social, econômico,

tecnológico, político e cultural do conhecimento”.

Enquanto a descrição:

O curso descreve o ciclo de transferência da informação na sociedade, as necessidades e o comportamento das pessoas em relação à informação, a maneira como a informação é produzida e assimilada, as técnicas e os procedimentos para controle, tratamento, organização e disseminação da informação registrada em diferentes suportes, além da base tecnológica necessária para lidar com recursos digitais. Atua em frentes distintas: identifica e atende as demandas de usuários através de acesso aos recursos de informação; seleciona, adquire e processa tecnicamente acervos em todos os tipos de suporte (papel e similares, magnético, óptico, digital) visando armazenamento, recuperação, disseminação e preservação. (UFMG, 2012)⁵⁰

Oferece as disciplinas de Gestão de Informação e Usuário da Informação atendendo à temática embora sem ementa.

7.11 UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE (UFS)

O site da UFS enfatiza em sua descrição do profissional Bibliotecário: “[...] são mais do que organizadores e guardiões do conhecimento registrado pela humanidade, não podendo se dissuadir do caráter humanista e da natureza eminentemente social da profissão”.

A UFS também revela quais as disciplinas mais importantes para a formação dentro do contexto do Curso oferecido:

O Curso de Biblioteconomia e Documentação visa à formação de profissionais de modo a prepará-los para o fazer biblioteconômico, onde as disciplinas do curso podem ser compreendidas em quatro esferas: nível básico (língua portuguesa, inglês, literatura e história); nível específico (história dos registros da informação, história social do conhecimento, das bibliotecas, da Biblioteconomia e da Ciência da Informação, formação de leitores e de competências em informação, geração e organização de instrumentos de **recuperação da informação** - catalogação, classificação e indexação, serviços de provisão e de acesso à informação; nível administrativo (introdução à administração, marketing e gestão de unidades de informação); nível

⁵⁰ Informação disponível em: <<http://www.eci.ufmg.br/graduacao/biblioteconomia-e-gi>>. Acesso em: 17 out. 2012.

tecnológico (automação de unidades de informação, sistemas de informação e base/banco de dados).(UFS, 2012, grifo nosso)⁵¹

Oferece a disciplinas de **LIBRAS** e Braille, sendo a única Universidade analisada que oferece o **Braille, e, aplicado às práticas Biblioteconômicas**.

Ainda há muito o que fazer para tornar esse mundo para Todos. O Braille é um exemplo. Conforme dados da revista Nova Escola (de Jan/fev. de 2011, p. 144), há apenas 520 impressoras em Braille em todo o país, o que dificulta todo o processo de inclusão dos cegos. O Braille parece ainda caminhar em passos lentos se comparado a LIBRAS. O que é preocupante, pois o números de pessoas com deficiência visual é muito superior.

7.12 UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (UFRJ)

O site da UFRJ não apresenta perfil, descrição do Curso de Biblioteconomia e atribuições.

Oferece a disciplina: Recuperação da informação (Sem ementa).

A UFRJ representando um Estado tão populoso deveria estar mais comprometida com as questões sociais. No entanto, esta Universidade foi o berço do sistema operacional para cegos *DosVox*. Werneck (1997) afirma que o caminho é a inclusão para tornar possível a cidadania a partir da liberdade e a aceitação das diferenças valorizando a contribuição de cada cidadão.

7.13 UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOÍAS (UFG)

O site da UFG apresenta o seguinte texto:

O Curso de Biblioteconomia prepara o profissional para ser capaz de planejar, organizar, administrar, recuperar e disseminar serviços de informações técnicas, científicas, educacionais, culturais e utilitárias a partir de documentação em qualquer suporte (impressa, audiovisual, magnética, digitalizada, etc.) em amplitude local ou em

⁵¹ Informação disponível em: <
[http://www.daa.ufs.br/daaantigo/gradecurricular/fimgradecurr.asp?curso=390&nome=BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTACAO&curric=1](http://www.daa.ufs.br/daaantigo/gradecurricular/fimgradecurr.asp?curso=390&nome=BIBLIOTECONOMIA%20E%20DOCUMENTACAO&curric=1)>. Acesso em: 13 out. 2012.

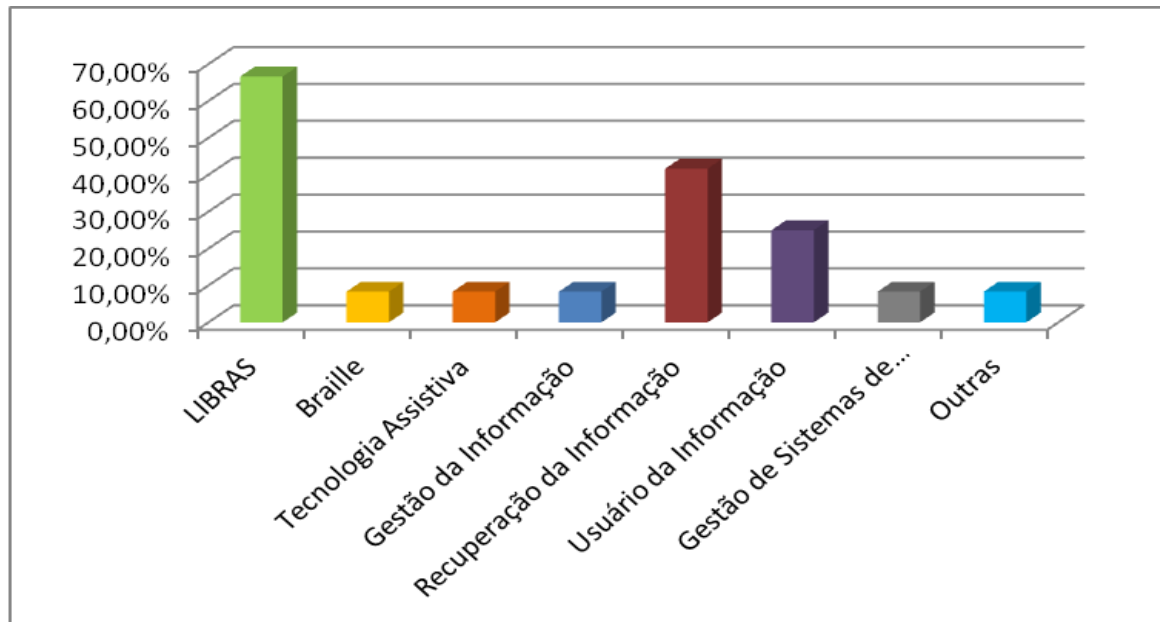
redes. Sua **formação humanística enfatiza a consciência das necessidades pessoais ou institucionais de informação**. O profissional é um dos **principais agentes de transferência de informação como instrumento de transformação social**, capaz de aplicar e desenvolver atividades técnicas documentárias e biblioteconômicas, conforme a realidade do meio e a capacidade técnico econômica disponível. (UFG, 2012, grifo nosso)⁵²

Observa-se que, na maioria das universidades, o enfoque do curso de Biblioteconomia é a informação no contexto social e das necessidades do usuário. No entanto, os currículos estão precários no sentido do entendimento de quais são essas necessidades provenientes da diversidade humana. A Universidade oferece a disciplina: Usuário da Informação (Sem ementa).

7.14 AS DISCIPLINAS ACESSÍVEIS

O gráfico 2 demonstra a incidência das disciplinas nos currículos das 16 universidades da amostra intencional.

Gráfico 2 – Disciplinas que contemplam a temática da acessibilidade



Fonte: Dados da pesquisa

⁵² Informação disponível em: < http://www.ufg.br/page.php?menu_id=217&pos=esq >. Acesso em: 09 out. 2012.

Pode-se perceber que a disciplina de LIBRAS é que apresenta maior incidência nos currículos das universidades da amostra, seguida pela disciplina de Recuperação da Informação e Usuário da Informação.

A LIBRAS foi se popularizando e hoje está em evidência nos currículos dos cursos. Neste caso o Curso de Biblioteconomia. Parece ser mais uma questão de considerar os surdos como normais.

Conferir à língua de sinais o estatuto de língua não tem apenas repercussões linguísticas e cognitivas, mas também sociais. Se ser normal é caracterizado pela ausência de língua e de tudo que ela representa (comunicação, pensamento e aprendizagem), a partir do momento em que se tem a língua de sinais como língua do surdo, o padrão de normalidade também muda. Transformando a anormalidade em diferença. (SANTANA, 2007, p.33).

O Braille, no entanto, é o que menos é contemplado. Considerando que o número de pessoas cegas no Brasil é superior aos surdos, esses dados parecem não fazer muito sentido. A autora procurando explicações para a incidência do Braille encontrou a seguinte informação:

O aprendizado da leitura e da escrita em Braille requer um elevado desenvolvimento das habilidades motoras finas, além de flexibilidade nos punhos e agilidade nos dedos. O que se faz necessário um auxílio especializado. (BRASIL, 2000, p. 44).

Dentro desta perspectiva pode-se afirmar que as dificuldades na aprendizagem do Braille podem influenciar na oferta deste como disciplina. O que é lastimável diante do número de pessoas cegas nas Universidades.

Conforme Censo Demográfico de 2000 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)⁵³, 45 milhões de pessoas têm deficiência e 35,8 milhões de brasileiros têm deficiência visual. São 16,6 milhões de pessoas com algum grau de deficiência visual, quase 150 mil se declararam cegos. É a deficiência que mais cresce comparada a outras como a deficiência auditiva que atinge 5,7 milhões de brasileiros, um pouco menos de 170 mil se declararam surdos.

A TA também é uma surpresa. Foi encontrada em uma única Universidade, a UFPE como disciplina eletiva. Pela sua importância, e por aglutinar novas

⁵³ Informação disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 24 out. 2012.

tecnologias, como por exemplo, a lupa eletrônica, *softwares* de voz, entre outras, foi surpresa observar sua baixa incidência nas universidades analisadas. Acredita-se que isso possa ser reflexo da pulverização do tema em diversas disciplinas, além da incipiência de seu tratamento na grade curricular de maneira geral.

Para a inclusão das pessoas com deficiência visual ou auditiva a primeira barreira a ser vencida é a comunicação. Enquanto esta barreira não ficar no passado não estaremos incluindo. Além disso, o mercado exige dos profissionais novas competências para adaptação ao trabalho; portanto, as universidades ficam a missão de desenvolver novas estratégias que permitam mudar os currículos, procurando adequar o programa docente com a demanda do mercado. (NEVES, 2005).

O Conselho Nacional de Educação Câmara de Educação Superior através da Resolução CNE/CES 19, de 13 de março de 2002⁵⁴, assim como os Pareceres CNE/CES 492/2001 e 1.363/2001, estabelecem as Diretrizes Curriculares para os cursos de Biblioteconomia. Na seção que descreve as competências e habilidades do profissional há um item que diz reforçar o propósito deste estudo: “Responder a demandas sociais de informação produzidas pelas transformações tecnológicas que caracterizam o mundo contemporâneo”.

Com relação aos conteúdos curriculares do curso há a seguinte recomendação: “que os projetos acadêmicos acentuem a adoção de uma perspectiva humanística na formulação dos conteúdos, conferindo-lhes um sentido social e cultural que ultrapasse os aspectos utilitários mais imediatos sugeridos por determinados itens”. O que respalda a criação dos currículos do curso de Biblioteconomia a partir das necessidades e para beneficiar a sociedade. E, sendo a temática acessibilidade útil para todo um grupo, que está longe de ser a minoria, os currículos deverão inserir disciplinas que venham suprir esta lacuna na formação do Bibliotecário, pois ele, com certeza, um dia estará de frente para situações ou pessoas que exijam este conhecimento.

Outro ponto observado é o fato dos currículos dos cursos de Biblioteconomia constituir-se, em grande parte, por disciplinas com enfoque apenas técnico-instrumental.

⁵⁴ CNE. Resolução CNE/CES 19/2002. Diário Oficial da União. Brasília, 9 de abril de 2002. Seção 1, p.34.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabe-se que uma sociedade inclusiva em sua plenitude, infelizmente, ainda não existe, pois incluir é aproximar e adequar pessoas em condições menos favoráveis às mais variadas opções existentes. A isso se junta o pleito de que todo e qualquer indivíduo deve ter seus direitos fundamentais respeitados e suas necessidades informacionais atendidas. Entende-se que o acesso à informação e a comunicação são potenciais facilitadores desses dois processos. Para que a sociedade atinja esse ideal de inclusão, todos deverão comprometer-se em olhar para o diferente e pensar que é na integração que se compõem a diversidade, pois um ambiente plural e inclusivo presume a quebra das barreiras erigidas com base em pré-conceitos de qualquer ordem.

O Estado tem contribuído com programas e projetos, um exemplo que serve para este estudo é o E-gov⁵⁵ (portal de inclusão digital e Sociedade do Conhecimento). É o governo eletrônico proporcionando cidadania. O Plano Viver Sem Limite⁵⁶ é o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Este plano oferece financiamento de produtos e recursos de acessibilidade, assim como ações que promovem a inclusão social.

Considerou-se positivo o fato de que 87,5% das universidades apresentaram alguma disciplina versando sobre a acessibilidade. Ressalta-se a importância das universidades, como ambientes formativos de massa crítica, para a construção de outra realidade social. Profissionais bem formados e trabalhando para e com a sociedade. No caso específico da Biblioteconomia, sua função social é inegável e permeia não só suas práticas, mas principalmente suas competências. Acredita-se que muito mais do que renomear a profissão de bibliotecário, ou alterar seus espaços tradicionais de trabalho em busca de “novos mercados”, a resignificação de suas funções e atividades deve constituir-se uma meta para qualquer egresso. O bibliotecário inclusivo é aquele que busca incessantemente inovar sua postura, rever seus conhecimentos e renovar sua conduta.

⁵⁵ Informação disponível em: <<http://www.governoeletronico.gov.br/>> Acesso em: 21 dez.2012.

⁵⁶ Informação disponível em: <http://www.brasil.gov.br/viversem limite?utm_source=Planalto&utm_medium=Especiais&utm_campaign=Viver.Sem.Limite&utm_term=Linha.Unica&utm_content=Banner.-.2.Posicao> Acesso em: 21 dez. 2012.

Por todo o exposto, entende-se que os currículos dos cursos de Biblioteconomia são diretrizes fundamentais desse processo formativo. Indubitavelmente, eles estão passando, não com a rapidez desejada, por processos de adequação à temática da acessibilidade, buscando adequar-se aos preceitos de que todo indivíduo deve ter os mesmos direitos, sem restrição à raça, cor, religião e limitações.

Com a análise dos dados, foi possível constatar que a Língua Brasileira de Sinais foi a disciplina mais oferecida entre as universidades. Em contrapartida, identificou-se o Braille sendo oferecido em apenas uma única universidade (UFS) e, se comparado a LIBRAS, esse resultado é no mínimo curioso e necessita de estudos mais aprofundados para sua correta interpretação. Todavia, foi observado que o Braille é um sistema mais complexo necessitando de mais recursos financeiros para o ensino.

Concluiu-se que as universidades mais avançadas no processo de adequação do currículo à acessibilidade são a UNIRIO, a UFPE, a UFSC e a UFRGS. Já as universidades UFMG, UFG e UFRJ estão entre as que, embora ofereçam alguma disciplina, não foi possível observar uma intenção explícita no currículo de adequação e inserção da temática, uma vez que as ementas não são disponibilizadas em seus sites.

No caso do curso de Biblioteconomia, a inserção do tema da acessibilidade na grade curricular está sendo feita, pelo exposto do presente trabalho, de maneira indireta e/ou tangencial. Acredita-se que esse seja o procedimento normal das adequações curriculares, mas não o ideal. O currículo como unidade estruturante na formação de novos profissionais, deve refletir as demandas sociais e mercadológicas de maneira que se institua como facilitador nos processos educativos. Sendo assim, cabe aos docentes dos cursos de graduação em Biblioteconomia, o planejamento da grade curricular de acordo com o princípio universal da igualdade. É sabido que o tema acessibilidade deve ser trabalhado em sua plenitude pelas diferentes áreas do conhecimento, entretanto, defende-se que é tema imprescindível no curso de Biblioteconomia.

A UFRGS destacou-se pelo número de disciplinas, mesmo sendo a maioria ainda de caráter eletivo, que abordam diretamente a temática da acessibilidade. Isso

possibilitou que se identificasse uma participação positiva dos docentes no processo de inclusão de disciplinas que contemplem o tema acessibilidade não somente física, mas informacional. A referida Universidade apresentou disciplinas como: Gestão de Ambientes em Unidades de Informação, Leitura Biblioteconomia e Inclusão Social, Gestão de Sistemas da informação e LIBRAS, unindo os interesses e objetivos da formação bibliotecária às necessidades da sociedade plural instituída e Tópicos Especiais em 2011/2 e 2012/1.

De modo contrário, constatou-se que a realidade observada no currículo da UnB não está de acordo com o perfil profissional proposto pela Instituição. O Curso apresenta somente a disciplina de LIBRAS de caráter eletivo como espaço para discutir o tema da acessibilidade. O Curso reforça o caráter social da Biblioteconomia, mas infelizmente, só no plano do discurso, sem adequar sua visão inovadora ao currículo.

Os futuros bibliotecários devem ser preparados e capacitados para lidar com todas as questões inerentes à informação, e sem dúvida, acessibilidade é uma delas. Partindo deste princípio, ficam as dúvidas sobre como disponibilizar a informação para os usuários com alguma limitação: visual, auditiva ou de mobilidade. Já que a informação é o ponto de partida para tornar o sujeito autônomo e capaz de contribuir para com a sociedade, então, nada mais natural do que se defender e difundir a acessibilidade informacional em todas as instituições, principalmente nas ditas “tradicionais”, como as bibliotecas.

Os espaços foram criados para receber e abrigar pessoas, nossas casas foram pensadas para nos dar conforto e segurança. E em se tratando de espaços públicos as exigências são ainda maiores, pois que devem satisfazer a uma diversidade de pessoas com gostos, comportamentos e características individuais específicas. Podemos, então, afirmar que todos os espaços, não somente os culturais devem estar sempre se adequando às pessoas e as suas diferenças.

Das 16 universidades públicas federais brasileiras analisadas 12,5% não apresentaram nenhuma disciplina no que concerne à temática da acessibilidade, fato que corrobora a afirmativa de que a atualização e adequação dos currículos acontecem de maneira gradual. Dentre as 14 universidades que apresentaram alguma disciplina abarcando o tema, dez disponibilizaram suas ementas e currículo.

Isso facilitou uma descrição mais rica a respeito dos conteúdos das disciplinas ofertadas, bem como seu cotejamento com a literatura abordada

Cabe aqui acrescentar que a partir de estudos como este é que se inicia o processo de desnaturalização das construções sociais que padronizam, tornam fixos e inflexíveis os comportamentos, hábitos, crenças, estilos de vida, valores, visões de mundo e contribuem socialmente para mudar positivamente a cultura de acessibilidade no país reconhecendo a diferença como algo positivo e construtivo.

Enfim, o que se buscou, com a análise dos currículos dos cursos de Biblioteconomia no país, foi mostrar que embora haja certa morosidade nas alterações curriculares, existem sim, universidades que estão incluindo disciplinas dentro da temática da acessibilidade e estão preparando o profissional para a inclusão, embora, ainda não se constitua como regra em todas as universidades. Não podemos esquecer também que há políticas públicas que determinam e incentivam a inclusão e a prática da acessibilidade, principalmente nas instituições públicas, o que favorece a inserção da temática da acessibilidade no ensino em geral.

REFERÊNCIAS

ACESSIBILIDADE BRASIL. **Acessibilidade: uma chave para a inclusão social.** Portal Acessibilidade Brasil, Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <
<http://www.acessobrasil.org.br/index.php?itemid=263>>. Acesso em: 09 out. 2012.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050:** acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. 2. ed. Rio de Janeiro, 2004.

BARROS, Flávia Roberta dos Santos de. **Bibliotecário e o compromisso social: Quais as possibilidades para a realização deste encontro?** Leonardo Fernandes Souto (Org.). O profissional da informação em tempo de mudanças. Campinas, SP: Editora Alínea, 2005, 102 p.

BRASIL. **Constituição Federal. Promulgada em 05 de outubro de 1988.** Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 27 out. 2012.

BRASIL. **Declaração dos Direitos Humanos de 1948.** Disponível em:<
http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm>. Acesso em: 28 out. 2012.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente.** Lei nº 8069/90 de julho de 1990. São Paulo: Cortez.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Declaração de Salamanca, sobre Princípios, políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais.** Brasília, 1994. Disponível em:
<<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 27 out. 2012.

BRASIL. **Ministério da Educação e do Desporto.** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394/96, Brasília. Disponível em:<
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 27 out. 2012.

BRASIL. **Lei n. 7.853/89.** Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – Corde. Brasília, 1989. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7853.htm>. Acesso em: 11 nov. 2012.

BRASIL. **Decreto 3.298/99.** Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção. Brasília, 1999. Disponível em:
< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm >. Acesso em: 10 nov. 2012.

BLOG MUNDO ACESSÍVEL. Disponível em:
<<http://www.mundoacessivel.com.br/tag/definicao-de-acessibilidade/>>. Acesso em: 28 out. 2012.

CABRAL, Ana Maria Rezende. A Ciência da Informação, a cultura e a Sociedade Informacional. In: Alcenir Soares dos Reis; Ana Maria Rezende Cabral (Org.). **Informação, Cultura e Sociedade: interlocuções e perspectivas**. Belo Horizonte: Novatus, 2007, 144 p.

CAMPOS, Arnaldo. **Breve história do livro**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994. 240 p.

CAPURRO, Rafael; HIJORLAND, Birger. **O conceito de informação**. 2003, 49 p. Disponível em: < <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/54/47> >. Acesso em: 26 maio 2012.

CARVALHO, Osvaldo Ferreira de. **A constitucionalização e a internacionalização dos direitos fundamentais**. DPU nº 43, jan/fev. 2012, parte geral- doutrina. 48 p.

CASTELLS, Manuel. **A Era da Informação: economia, sociedade e cultura**, vol. 3, São Paulo: Paz e terra, 2006, p. 411-439. Estou na dúvida a citação do Castells que eu sugeri foi de 2006 do livro abaixo. A tua foi de 2005 de outro livro?

_____. **A Sociedade em Rede**. Tradução de Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 2005, p. 39-40.

CASTRO, César Augusto. Histórico e evolução curricular na área de Biblioteconomia no Brasil. In: Marta Lígia Valentim (Org). **Formação do profissional da informação**. São Paulo: Polis, 2002, 152 p.

COTANDA, Fernando Coutinho; SILVA, Marcelo Kunrath; ALMEIDA, Marilís Lemos de; ALVES, Caleb Faria. Processos de pesquisa nas Ciências Sociais: uma introdução. In: PINTO, Céli Regina Jardim; GUAZELLI, Cesar A. Barcellos. (Orgs). **Ciências Humanas: pesquisa e método**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008, 148 p.

CUNHA, Wilson. **Cinema**. Biblioteca Educação é Cultural. Rio de Janeiro: Bloch, FENAME, 1980, 64 p

DECLARAÇÃO MUNDIAL SOBRE EDUCAÇÃO PARA TODOS, 1990. Disponível em:<<http://www.dominiopublico.gov.br> >. Acesso em: 27 out. 2012.

DUTRA, Cláudia P. A Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e a Educação dos Alunos Surdos. **Revista Virtual de Cultura Surda e Diversidade**. Disponível em:< <http://editora-arara-azul.com.br/novoeaa/revista/?p=128> >. Acesso em: 28 out. 2012.

DEFICIÊNCIA VISUAL. Marta Gil (Org.). Brasília: MEC, Secretaria de Educação à Distância, 2000, 80 p. Disponível em: <<http://www.portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/deficienciavisual.pdf>> Acesso em: 09 nov. 2012.

ESPINOSA, Maria Ângeles; OCHAÍTA, Esperanza. **O desenvolvimento e intervenção educativa nas crianças cegas ou deficientes visuais.**

Desenvolvimento psicológico e educação. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004, 367 p.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Miniaurélio Século XXI: o minidicionário da Língua Portuguesa.** 5. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001, 873 p.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Atlas, 6. ed., 2008, 200 p.

HOUAISS Minidicionário da língua portuguesa. 2 ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

JANNUZZI, G. **A luta pela educação do deficiente mental no Brasil.**

Campinas, São Paulo: Editores Associados, 1992.

KIRK, S. A.; GALLAGHER, J. J. **Educação da criança excepcional.** São Paulo: Martins Fontes, 1987.

KOBASHI, Nair Yumiko; TÁLAMO, Maria de Fátima Gonçalves Moreira. Informação: fenômeno e objeto de estudo da sociedade contemporânea. **Transinformação**, Campinas, n. 15, p. 7-21, set/dez. 2003. Disponível em: <

<http://wersig.objectis.net/artigos/3o%20artigo.pdf> >. Acesso em: 21 maio 2012.

LE COADIC, Yves François. **A ciência da informação.** Brasília: Briquet de Lemos, 1996. 124 p.

LEITÃO, Bárbara Júlia Menezello. **Avaliação qualitativa e quantitativa numa biblioteca universitária – Grupos em foco.** Niterói, Intertexto, Rio de Janeiro, Interciência, 2005. Disponível em: <

<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27148/tde-12082003-150618/pt-br.php>

>. Acesso em: 02 set. 2012.

LÉVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência.** Rio de Janeiro: Editora 34, 1993. 203 p.

LIMA, Niusarete Margarida de. Apresentação. In: CAMARGO JR, Walter *et al.* (Org.). **Transtornos Invasivos do Desenvolvimento.** 2. ed. 2005. P.4.

MANTOAN, Maria Teresa. Eglér. A hora da virada. **Inclusão**, Brasília, v. 1, n.1, p. 24-28, 2005.

MARTELETO, Regina Maria. Conhecimento e sociedade: pressupostos da antropologia da informação. In: AQUINO, Miriam de Albuquerque (Org.). **O campo da Ciência da Informação: gênese, conexões e especificidades.** João Pessoa: Editora Universitária, 2002, 264 p.

MARTINS, Wilson. **A palavra escrita: história do livro, da imprensa e da biblioteca**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1998. 519 p.

MASINI, Elcie F. Salzano. **Conversas sobre deficiência visual**. Revista Con-tato, nº 3. São Paulo, Laramara, 1993, p. 24.

MEC/SEESP. **Educar na Diversidade. Material de Formação Docente**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. 2005.

MILANESI, Luís. **Biblioteca**. São Paulo: Ateliê, 2002. 116 p.

MORO, Eliane L. S.; ESTABEL, Lizandra B. **Informação e acessibilidade na formação do profissional Bibliotecário**. In: ENCUENTRO DE DIRECTORES, 9; ENCUENTRO DE DOCENTES DE ESCUELAS DE BIBLIOTECOLOGÍA Y CIENCIA DE LA INFORMACIÓN DEL MERCOSUR. Montevideu, 2012.

MOTTA, Livia Maria Villela de Mello. **Aprendendo a ensinar inglês para alunos cegos e com baixa visão um estudo na perspectiva da teoria da atividade**, 2004. 204 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004. Disponível em: <
http://www.vercompalavras.com.br/pdf/tese_doutorado.pdf > Acesso em: 28 out. 2012.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. Uma profissão em evolução: profissionais da informação no Brasil sob a ótica de Abbott – proposta de estudo. In: BAPTISTA, Sofia Galvão; MUELLER, Suzana Pinheiro Machado (Org). **Profissional da Informação: o espaço de trabalho**. Estudos avançados em Ciência da Informação. Brasília: Thesaurus, 2004, v. 3, 241 p.

NETO, João Carlos Martins; ROLLEMBERG, Rodrigo Sobral. **Tecnologias Assistivas e a Promoção da Inclusão Social**. Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT. Brasília, 2005, 3 p. Disponível em: <
http://www.ciape.org.br/artigos/artigo_tecnologia_assistiva_joao_carlos.pdf >. Acesso em: 08 nov. 2012.

NEVES, Elisabete da Cruz. Profissional da Informação: reflexões sobre a sua atuação da Gestão do Conhecimento. Leonardo Fernandes Souto (Org.). **O profissional da informação em tempo de mudanças**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2005, 102 p.

PAIM, Paulo. **Estatuto da pessoa com deficiência: a natureza respeita as diferenças**. Senado Federal: Brasília, 2007. 111 p.

PARÂMETROS CURRICULARES DO ENSINO SUPERIOR. **Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (Seres)**. Disponível em: <
<http://portal.mec.gov.br> >. Acesso em: 29 out. 2012.

PEREIRA, Andresa Vaniele Barbosa Pereira. **Linguagem de Sinais: história.** Disponível em: < <http://meuartigo.brasilecola.com/educacao/lingua-brasileira-sinais.htm> > Acesso em: 03 nov. 2012.

PEREIRA, Luiza Percevallis. **Deficiência visual e surdocegueira: encontro pelas mãos.** São Paulo: Mais Diferenças, 2009, 138 p.

PESSOTTI, I. **Deficiência Mental: da superstição à ciência.** São Paulo: T.A. Queiroz. Ed. Da Universidade de São Paulo, 1994.

PORTAL DA TECNOLOGIA ASSISTIVA. **Tecnologia Assistiva.** Secretaria de Ciência e Tecnologia para a Inclusão Social (SECIS); Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT); Instituto de Tecnologia Social (ITS). Disponível em:< www.assistiva.org.br >. Acesso em: 11 nov. 2012.

REDONDO, Maria Cristina da Fonseca; CARVALHO, Josefina Martins. **Deficiência auditiva.** Brasília: MEC. Secretaria de Educação à Distância, 2001, 63 p.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: métodos e técnicas.** São Paulo: Atlas, 1999.

RÜDIGER, Francisco. **Introdução à teoria da comunicação.** São Paulo: Edicon, 1998. 116 p.

RUDIO, Franz Victor. **Introdução ao projeto de pesquisa científica.** 36. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. 149 p.

SANTANA, Ana Paula. **Surdez e linguagem: aspectos e implicações neurolinguísticas.** São Paulo: Plexus, 2007, 268 p.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Site Assistiva, Tecnologia e Educação.** Disponível em< <http://www.assistiva.com.br> >. Acesso em: 02 nov. 2012.

_____. **Site Bengalalegal .** Disponível em:< <http://www.bengalalegal.com/romeusassaki> >. Acesso em: 05 nov. 2012.

_____. Terminologia sobre deficiência na era da inclusão. **Revista Nacional de Reabilitação,** São Paulo, ano 5, n. 24, p. 6-9, jan./fev. 2002.

SCHWARTZ, Leticia. Audiodescrição: para uma nova profissão, um novo profissional. In: Eduardo Cardoso; Jeniffer Cuty (Org.). **Acessibilidade em ambientes culturais.** Porto Alegre: Marca Visual, 2012, 174 p.

SCHILLING, Voltaire. **A biblioteca de Alexandria, o coração da humanidade: parte 2.** 2002. Disponível em: < <http://educaterra.terra.com.br/voltaire/antiga/2002/10/31/002.htm> >. Acesso em: 29 out. 2012.

SILVA, Armando Malheiro da. **A informação: da compreensão do fenômeno e construção do objecto científico**. Porto: Edições Afrontamento, 2006.

SILVA, Fabiano Couto Corrêa da. **Bibliotecários especialistas: guia de especialidades e recursos informacionais**. Brasília: Thesaurus, 2005, 264 p.

SILVA, Tomaz Tadeu. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

_____. **O currículo como fetiche: a poética e a política do texto curricular**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999, 430 p.

SILVESTRE, Núria. Novas perspectivas da inclusão social da pessoa surda desde os primeiros anos de vida. **Inclusão**: Revista da Educação Especial, Brasília, v.5, n.2, jul/dez, 2010.

SUBSECRETARIA NACIONAL DA PROMOÇÃO DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA (SNPD). **Objetivos**. Disponível em: < <http://portal.mj.gov.br/corde> >. Acesso em: 26 out. 2012.

UNESCO. **A Unesco no Brasil: consolidando compromissos**. Brasília: Unesco, 2004. Disponível em: < <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001374/137491por.pdf> >. Acesso em: 08 nov. 2012.

WERNECK, Claudia. **Ninguém mais vai ser bonzinho na sociedade inclusiva**. Rio de Janeiro: WVA, 1997, 314 p.

WERNECK, Claudia. **Sociedade Inclusiva: quem cabe no seu todos?** Rio de Janeiro: WVA, 2002, 235p.